ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of

ZBW Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Campos, André Gambier

Working Paper

Evolução da ocupação no sistema de segurança no Brasil: Uma perspectiva comparativa entre os setores público e privado

Texto para Discussão, No. 1399

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Campos, André Gambier (2009) : Evolução da ocupação no sistema de segurança no Brasil: Uma perspectiva comparativa entre os setores público e privado, Texto para Discussão, No. 1399, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/90931

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1399

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO NO SISTEMA DE SEGURANÇA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

André Gambier Campos

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1399

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO NO SISTEMA DE SEGURANÇA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO*

André Gambier Campos**

Produzido no programa de trabalho de 2009

Rio de Janeiro, março de 2009

* O autor agradece a colaboração de José Aparecido Ribeiro, Luseni Aquino, Helder Ferreira, Natália Fontoura e Silvânia Carvalho – técnicos das coordenações de Saúde e de Justiça e Segurança Pública da Disoc/Ipea.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais – Disoc/Ipea.

Governo Federal

Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger

Secretaria de Assuntos Estratégicos

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças
Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos
João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe da Assessoria de Imprensa
Estanislau Maria

Assessor-Chefe da Comunicação Institucional
Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

ISSN 1415-4765

JEL J21, J45, Z13

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 SISTEMA DE SEGURANÇA 9

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 27

REFERÊNCIAS 30

ANEXO A 31

ANEXO B 38

SINOPSE

O objetivo deste texto é realizar uma análise comparativa da evolução das condições de ocupação dos trabalhadores nos sistemas de segurança no Brasil (o sistema público, nos níveis federal, estadual e municipal, e o sistema privado de segurança). Observa-se que a ocupação em serviços de segurança cresceu entre os anos 1990 e 2000. Esse crescimento foi mais acentuado no sistema privado do que no público. Apesar disso, verifica-se que as condições de ocupação no sistema privado são muito inferiores às do sistema público. Em alguma medida isso é um indicador dos problemas envolvidos na garantia do direito à segurança, constitucionalmente titularizado pela população. Nos anos recentes, o Brasil parece ter optado cada vez mais por uma oferta privada de serviços de segurança. Não obstante essa opção privada parece fragilizada pelas precárias condições de ocupação dos trabalhadores envolvidos, o que aponta para diversos problemas na concretização do direito à segurança no país, tal como definido pela Constituição Federal de 1988.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss the evolution of labour conditions in public and private security systems in Brazil (and, inside public system, labour conditions in federal and local sub-systems). The number of workers in security services has increased between the 1990'ies and 2000'ies. In private services, the increase has been faster than in the public. Despite this, nowadays, labour conditions in private services are worse than that registered in the public. This situation points out some problems involving the efforts to guarantee the constitutional right to security to all citizens. To some extent, in the last two decades, the Brazilian approach has been pro-private security services. However, nowadays, this approach seems to be problematic, because labour conditions are the worst in private services. Obviously, this fact has consequences to the efforts to guarantee the right to security, as it is established in Brazilian Federal Constitution.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é realizar uma análise comparativa da evolução das condições de ocupação dos trabalhadores nos sistemas de segurança no Brasil. A palavra "sistema" está no plural porque se trata de um estudo comparativo entre o sistema público, nos segmentos federal, estadual e municipal, e o sistema privado de segurança no país.

As informações utilizadas são *microdados da* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa pesquisa é desenhada para a captação das condições de ocupação dos trabalhadores brasileiros, mas não especificamente daqueles ocupados nos sistemas de segurança (que correspondem a um subconjunto reduzido dentro do conjunto de trabalhadores). Dessa maneira, para superar problemas relacionados a "insuficiências"/"deformidades" que possam surgir no uso da amostra da Pnad/IBGE, realiza-se uma *consolidação de dados por triênios*. Ou seja, cumulam-se dados de três anos consecutivos, calculando-se indicadores para cada triênio por meio de médias aritméticas. Essa consolidação de dados respeita uma série de procedimentos descritos com maior cuidado por outros técnicos do Ipea (verificar por exemplo MEDEIROS, 2004, 2004a, 2004b, 2004c).[1]

O *período de análise* refere-se ao intervalo entre dois triênios: o de *1995/1996/1997* e o de *2005/2006/2007*. Observa-se a evolução das condições de ocupação, tomando-se a média aritmética dos indicadores (sociodemográficos e socioeconômicos) de cada um deles.[2] A escolha desse período de estudo deve-se à opção por lidar com informações mais confiáveis de remuneração dos trabalhadores – informações só disponíveis após o ano de 1994 (quando ocorreu uma relativa estabilização do padrão monetário brasileiro).

O *território de análise* é o *brasileiro*, com exclusão da área rural da região Norte (exceto a do estado de Tocantins, que foi mantida no estudo).[3] A escolha desse espaço tem a ver com a própria estrutura federativa das instituições/iniciativas responsáveis pela segurança pública, especificamente: há instituições/iniciativas de natureza federal, estadual e municipal. Adiante-se que, em termos de número de trabalhadores, o centro de gravidade do sistema público encontra-se no segmento estadual (que

1. Em linhas gerais, tais procedimentos consistem em tratar as populações investigadas por cada uma das Pnads como se fosse uma mesma população em cada triênio. Isto é possível na medida em que a metodologia da pesquisa é mantida praticamente constante. E também, na medida em que não há repetição de entrevistas por cada uma das Pnads (ou seja, não há sobrerrepresentação de domicílios com a consolidação). Evidentemente, os procedimentos aqui utilizados possuem alguns pressupostos, entre os quais o de que não ocorrem alterações significativas na estrutura da sociedade no triênio consolidado. Sobre isso, vale observar que a população utilizada na expansão das amostras das Pnads é crescente ao longo dos três anos, de maneira que a consolidação tende por si só a sobrevalorizar os indicadores calculados em cima dos dados mais recentes. Para solucionar este problema, há um ajuste nos fatores de expansão da amostra de cada Pnad, de modo a neutralizar o efeito do crescimento da população sobre os indicadores finais. Finalmente, no que diz respeito a valores monetários (como os de remuneração e rendimento), para eliminar os efeitos da inflação, os procedimentos aqui utilizados incluem a atualização pelos fatores do Índice Nacional de Preços ao Consumidor-Geral (INPC-Geral) do IBGE, assumindo como referência os valores reais de dezembro de 2008.

2. A fim de facilitar a leitura deste texto, quando há alguma referência a qualquer desses triênios, utilizam-se apenas os anos mais recentes (no caso, 1997 e 2007). Entretanto, é preciso deixar claro que os indicadores referem-se sempre à média aritmética de 1995/1996/1997 e 2005/2006/2007.

3. Isto ocorre porque apenas no ano de 2004 a Pnad/IBGE passou a investigar a área rural da região Norte (com exceção de Tocantins, cuja área rural já vinha sendo investigada desde antes).

responde pela maior parte dos planos, políticas, programas e ações de segurança no Brasil).

O *foco de análise* está nas atividades diretamente vinculadas à vigilância e à investigação, seja no setor público ou no privado, seja no segmento federal, estadual ou municipal. Isto é, o foco está nas *atividades-fim de segurança*, deixando de lado uma série de atividades-meio que, apesar de sua relevância para a vigilância e a investigação, não são aqui estudadas. Ressalte-se que as atividades-fim são definidas a partir do cruzamento de dois critérios dentro da Pnad/IBGE: de um lado, o tipo de ocupação profissional (policial, investigador, vigilante, papiloscopista etc.) e, de outro, o tipo de atividade "econômica" (ministério da justiça, secretaria de segurança pública, empresa de vigilância, empresa de transporte de valores etc.). No anexo deste texto estão descritas as categorias profissionais e "econômicas" que integram as atividades-fim que são analisadas.

Para encerrar esta apresentação, no que se refere a sua estrutura expositiva, este texto tem início com uma análise da evolução do *número de trabalhadores* ocupados no sistema de segurança no Brasil. Há uma comparação dos números dos sistemas público e privado entre 1997 e 2007, bem como uma descrição dos segmentos federal, estadual e municipal (dentro do sistema público) no ano de 2007.

A seguir, realiza-se uma análise das *características sociodemográficas* dos trabalhadores. Para cada um dos sistemas e dos segmentos, há uma descrição de como evoluiu o perfil da ocupação em termos de sexo, idade e cor/raça; residência e migração; escolarização e estruturação familiar.

Por fim, efetua-se uma análise dos *caracteres socioeconômicos* dos trabalhadores. Dentro de cada um dos sistemas e dos segmentos, há uma descrição da posição e da estabilidade na ocupação principal; da jornada e da remuneração pelo trabalho principal; da proteção pela previdência social e da vinculação a associações de classe; e, finalmente, da ocupação secundária (caso ela seja declarada).

A hipótese deste texto é que, em termos de oferta de serviços relacionados à segurança entre as décadas de 1990 e 2000, o Brasil parece ter optado cada vez mais por uma oferta privada. Não obstante esta opção parece fragilizada pelas precárias condições de ocupação dos trabalhadores envolvidos. E isso coloca, desde já, diversos problemas na concretização do direito à segurança – direito titularizado pela população brasileira (direito fundamental previsto logo no início da Constituição Federal de 1988, no *caput* do artigo 5º).

Mencione-se que, além de descritiva, a natureza deste texto é absolutamente preliminar. Seu propósito é servir apenas como um primeiro passo dentro de um projeto de análise das condições de ocupação dos trabalhadores nos sistemas de segurança e de justiça, públicos e privados, federais, estaduais e municipais. Na verdade, esse projeto possui objetivos de mais largo prazo, que demandam textos complementares, de natureza e perspectiva diversas, que integrarão outros números da linha *Textos para Discussão* do Ipea.

2 SISTEMA DE SEGURANÇA

Em 1997, o número de trabalhadores ocupados no sistema de segurança como um todo chegava a 962,7 mil. Mas, em 2007, alcançou nada menos de 1,409 milhão (incremento de 46,4% em dez anos).

O sistema público sempre absorveu a maior parte dos trabalhadores de segurança no Brasil. Mas, em termos relativos, esta absorção diminuiu com o tempo. Na década de 1990, 61,7% dos ocupados estavam nas polícias federal e estadual e nas guardas municipais, ao passo que 38,3% estavam nos serviços de vigilância particulares. Esses percentuais mudaram para 54,5% e 45,5% na década atual. Isso significa que o sistema privado de segurança ganhou maior relevância face ao sistema público, passando a contar com um número mais próximo de trabalhadores.

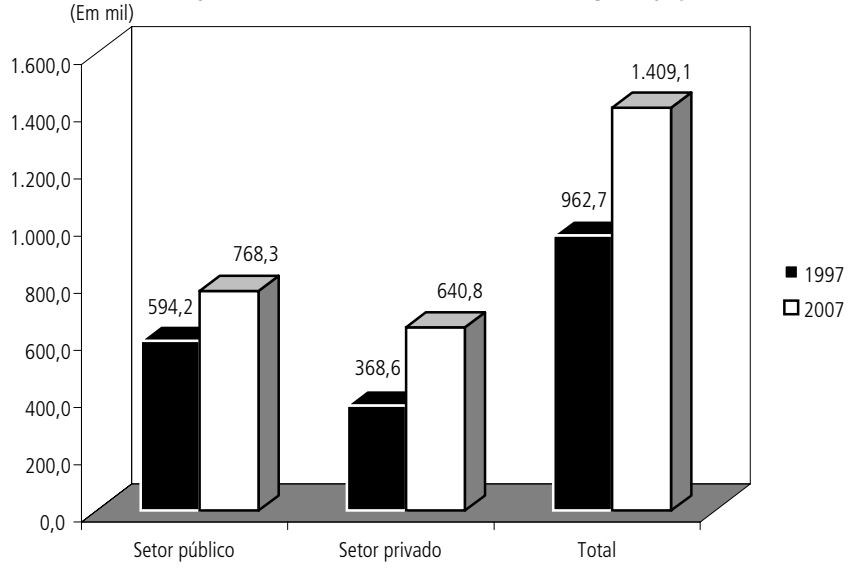
De qualquer maneira, dentro do sistema público, é clara a importância do segmento estadual – que, atualmente, absorve em suas polícias civil e militar 70,8% dos ocupados em segurança no país. Na sequência, está o segmento municipal, com 26,1%. E por fim, com um número relativamente reduzido de trabalhadores, está o segmento federal, com 3,1%. Ou seja, as instituições estaduais militares e civis ocupam a maior quantidade de policiais em todo o Brasil.

TABELA 1
Brasil: evolução dos trabalhadores do sistema de segurança por setor de trabalho – 1997 e 2007

	1997	2007	Variação (2007-1997)	
	Número	Número	Número	%
Segurança – setor público agregado	594.164	768.320	174.156	29,3
Segurança – setor público federal		23.916		
Segurança – setor público estadual		543.849		
Segurança – setor público municipal		200.555		
Segurança – setor privado agregado	368.556	640.816	272.260	73,9
Segurança – total	962.720	1.409.136	446.416	46,4

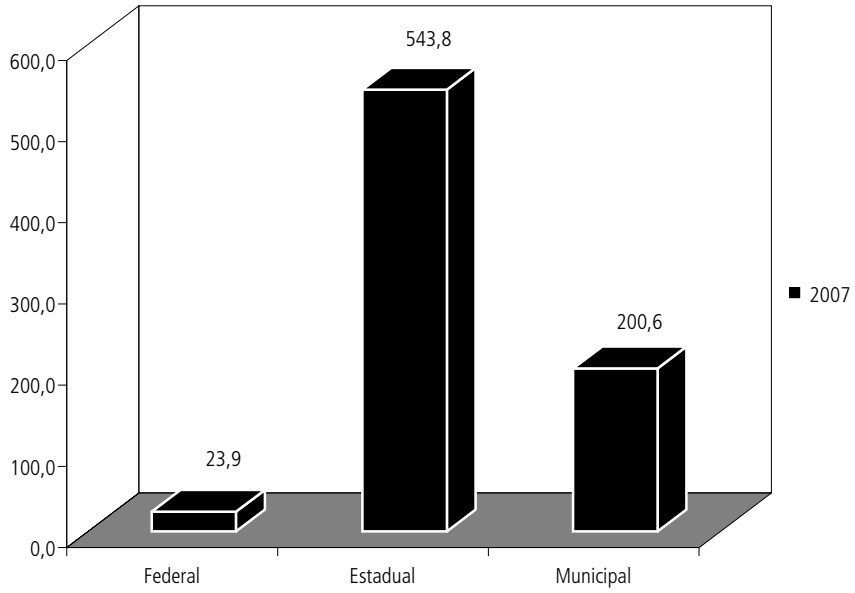
Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 1
Brasil: Evolução dos trabalhadores do sistema de segurança por setor de trabalho – 1997 e 2007
(Em mil)



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 2
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema público de segurança – 2007
(Em mil)



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.1 ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA

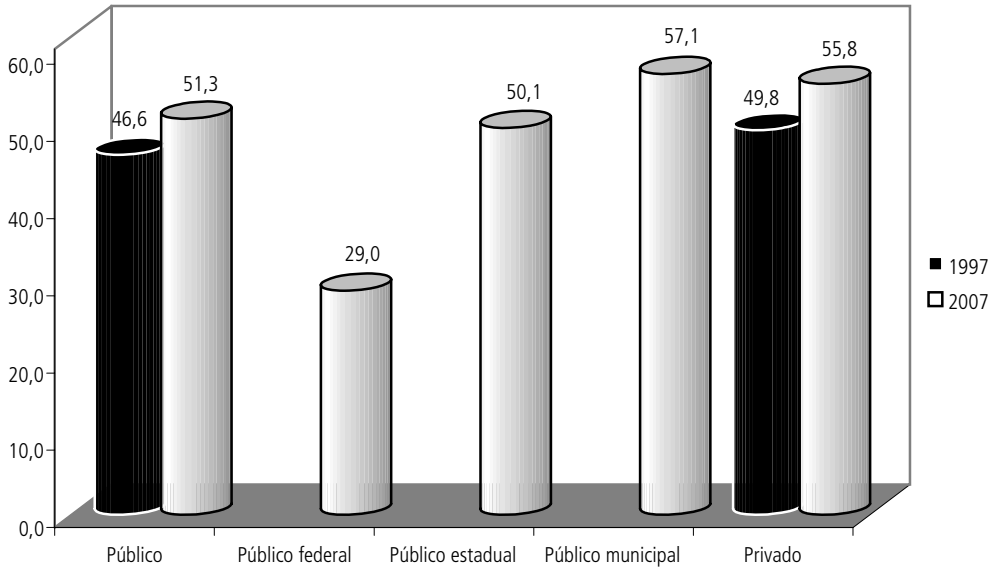
2.1.1 Caracterização por sexo, idade, cor/raça

O sistema de segurança como um todo se caracteriza por ser masculino. O sistema público é composto por 90,3% de homens, percentual que oscilou relativamente pouco ao longo dos últimos anos. As diferenças entre os segmentos federal, estadual e municipal são reduzidas. E o sistema privado compõe-se quase somente de homens, que correspondem a 96,9% dos trabalhadores.

No período em análise, a idade aumentou no sistema público – hoje está em 39,3 anos em média. Comparando-se os segmentos, o estadual possui trabalhadores um pouco mais jovens (38,4 anos), ao passo que o municipal, um pouco mais velhos (41,5 anos). No sistema privado, a idade média dos trabalhadores está em 38,0 anos – valor que aumentou ligeiramente nos últimos anos.

O sistema de segurança acolhe uma grande (e crescente) quantidade de trabalhadores negros. Atualmente, no sistema público metade é não-negra e metade é negra (e esta última vem aumentando). Destaque-se que há diferenças marcadas entre os segmentos: no federal, a maior parcela dos trabalhadores é não-negra (71,0%); no estadual, as proporções são iguais; e no municipal a maior parcela é negra (57,1%). Por fim, no sistema privado, o número de trabalhadores negros é ainda maior que no público: eles correspondem a 55,8% do total (proporção que também é crescente).

GRÁFICO 3
Brasil: participação dos trabalhadores negros no sistema de segurança – setores público e privado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.1.2 Residência e migração

Os trabalhadores do sistema público de segurança encontram-se distribuídos pelas regiões mais populosas do Brasil: Sudeste (41,3% dos ocupados), Nordeste (27,3%) e Sul (11,5% – proporção decrescente). Note-se que a proporção de trabalhadores cresceu nos últimos anos nas regiões menos populosas: Norte (que passou a contar com 10,4% dos ocupados) e Centro-Oeste (9,5%).

Em linhas gerais, os números a respeito da concentração de trabalhadores pelos segmentos federal, estadual e municipal indicam pouca coisa.

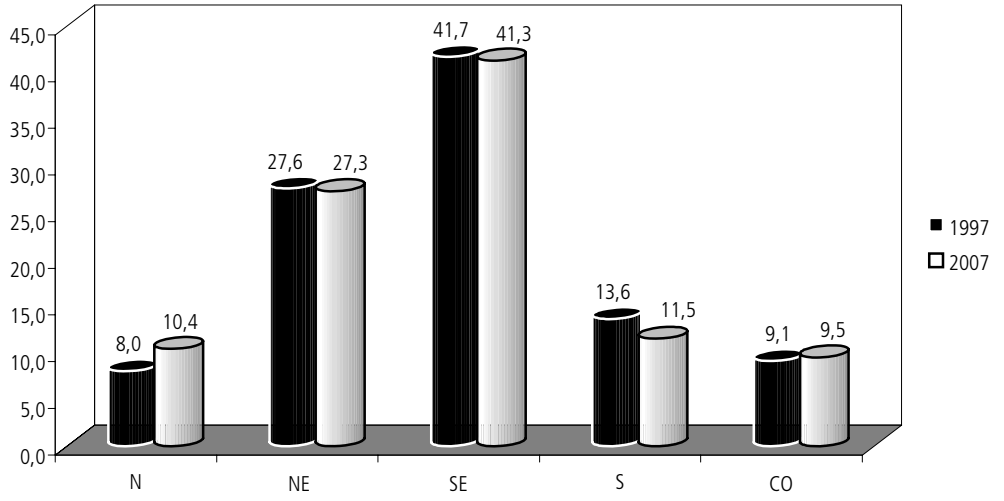
Já os trabalhadores do sistema privado de segurança, quando comparados com os do público, encontram-se mais concentrados nas regiões economicamente mais desenvolvidas do país: Sudeste (49,8% dos ocupados – proporção decrescente) e Sul (14,7% – crescente). As regiões Norte (8,0% dos trabalhadores), Nordeste (21,1%) e Centro-Oeste (6,3%) apresentam menor concentração de ocupados.

A partir da comparação entre o município de nascimento e o de residência, observa-se que 48,1% dos trabalhadores do sistema público de segurança são "migrantes". Mas na comparação entre o estado de nascimento e o de moradia averigua-se que a proporção de "migrantes" é menor – somente 31,9% dos trabalhadores. Acrescente-se que nos últimos anos a migração (dentro dos estados ou para fora deles) vem diminuindo entre os ocupados do sistema público de segurança.

Em âmbito federal, os "migrantes" são maioria entre os ocupados (59,3% mudaram de município e 52,6% de estado). Mas isso não ocorre em âmbito estadual e municipal, pois a maioria dos trabalhadores aí situados reside no mesmo local de seu nascimento.

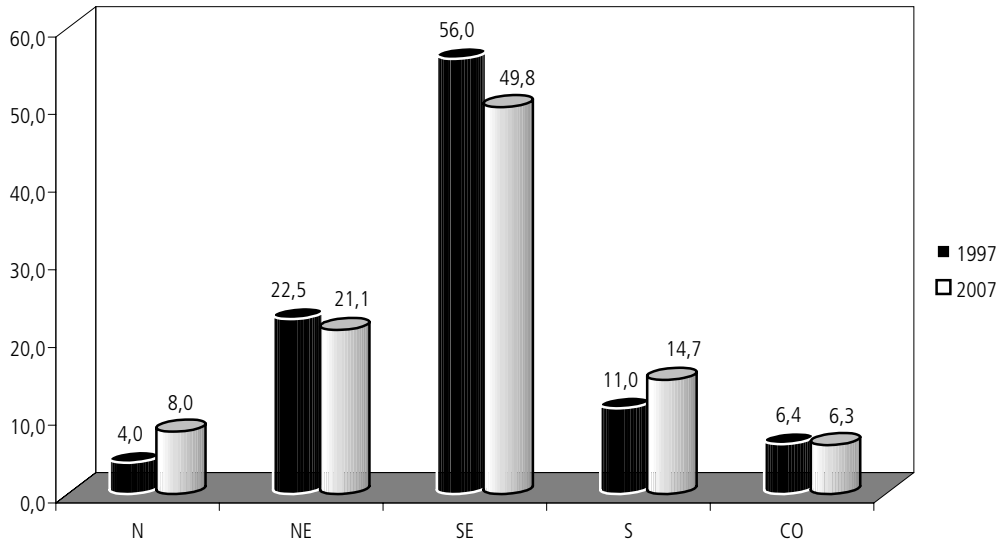
No sistema privado de segurança, há mais trabalhadores "migrantes" que no sistema público (54,6% mudaram de município, enquanto 45,3% até mesmo de estado). Não obstante a migração vem diminuindo nos últimos anos no sistema privado (a proporção de ocupados que mudaram de município reduziu-se em 7,5 pontos percentuais (p.p), ao passo que a dos que mudaram de estado caiu 0,3 p.p.).

GRÁFICO 4
Brasil: distribuição dos trabalhadores por região no sistema de segurança – setor público agregado – 1997 e 2007



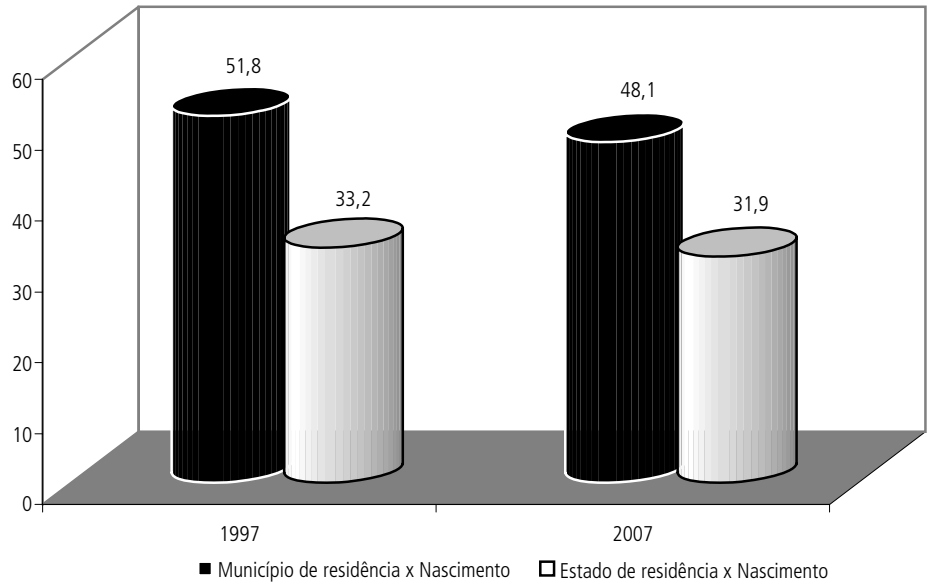
Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 5
Brasil: distribuição dos trabalhadores por região no sistema de segurança – setor privado agregado – 1997 e 2007



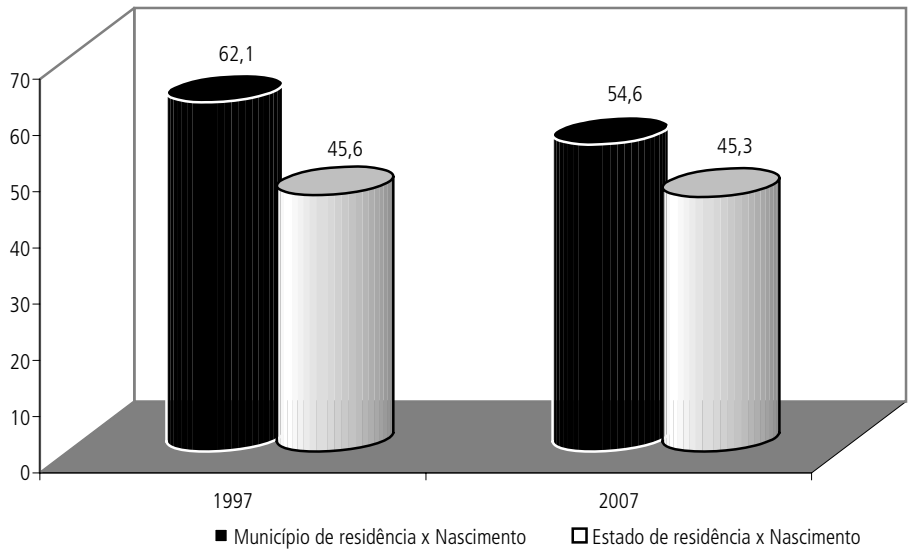
Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 6
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por município/estado de nascimento/ residência – setor público agregado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 7
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por município/estado de nascimento/residência – setor privado agregado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

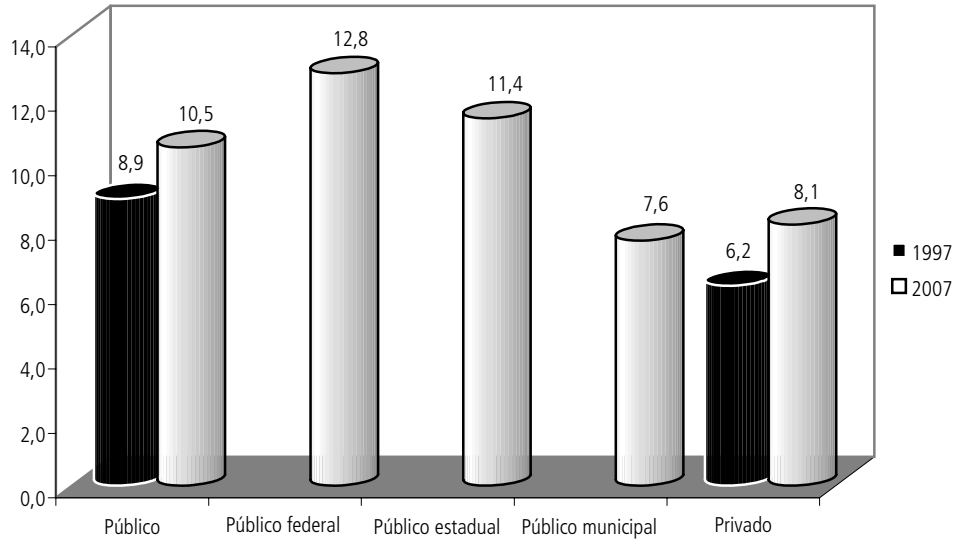
2.1.3 Escolarização

O tempo de estudo dos trabalhadores do sistema público de segurança é de apenas 10,5 anos em média – o que não lhes garante nem o ensino médio completo. Ainda que esse número tenha aumentado ao longo do período em análise, ainda são raros os ocupados que permanecem estudando (somente 11,5% deles continuam nos bancos escolares, principalmente no ensino médio e nas universidades).

Há diferenças acentuadas entre os diversos setores do sistema público. Em média, os trabalhadores federais têm 12,8 anos de estudo (ou seja, o ciclo superior incompleto). Este número cai para 11,4 anos entre os estaduais (ciclo médio completo) e 7,6 anos entre os municipais (sequer o ciclo fundamental completo). Paralelamente, em âmbito federal, 14,6% dos ocupados ainda frequentam os bancos escolares (quase sempre em universidades). Em âmbito estadual, esse percentual é de 12,2%. Todavia, em âmbito municipal, reduz-se para 9,0% (e estes trabalhadores frequentavam, na maior parte das vezes, escolas de ensino fundamental ou médio).

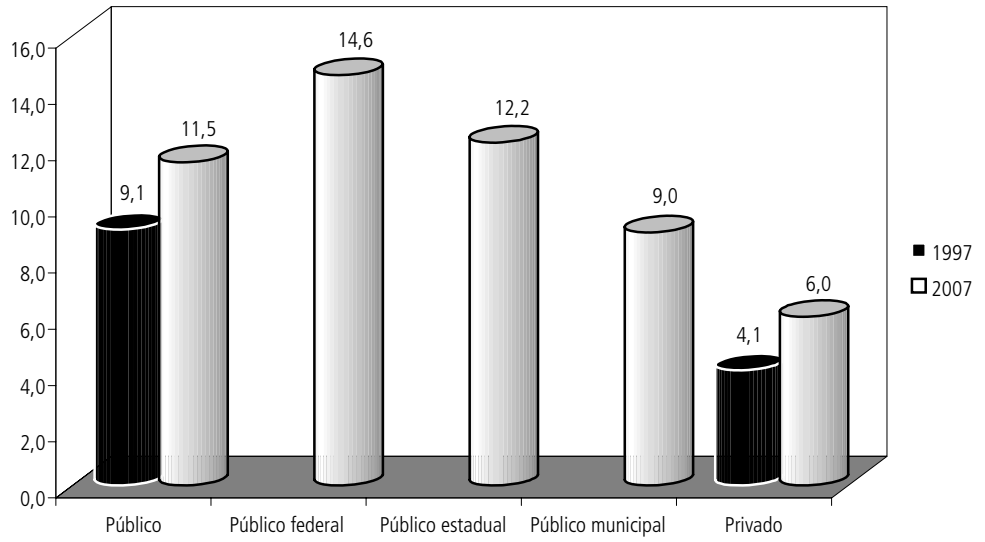
A instrução no sistema privado de segurança é ainda pior que no sistema público. O tempo de estudo alcança apenas 8,1 anos – o que só assegura a esses trabalhadores o ciclo fundamental completo. É verdade que esse número aumentou um pouco nos últimos anos. Não obstante, somente 6,0% dos ocupados continuam estudando atualmente (a maior parte cursando o ensino médio – regular ou supletivo).

GRÁFICO 8
Brasil: anos de estudo dos trabalhadores do sistema de segurança – setores público e privado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 9
Brasil: Distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por frequência à escola/universidade – setores público e privado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.1.4 Estruturação familiar

As famílias dos trabalhadores do sistema público de segurança encolheram entre 1997 e 2007 – em média, passaram de 4,0 para 3,6 membros.

Há algumas diferenças entre os vários segmentos do sistema público: as famílias dos trabalhadores federais são menores (3,2 componentes), ao passo que as dos ocupados estaduais e municipais são maiores (3,5 e 3,6 membros, respectivamente).

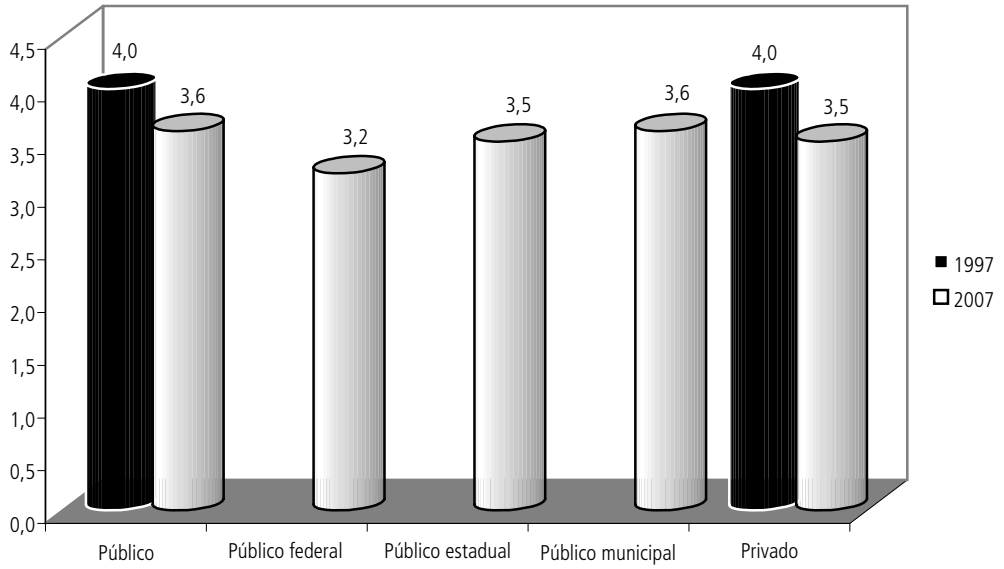
As famílias dos trabalhadores do sistema privado de segurança são do mesmo tamanho das dos ocupados do sistema público – bem como apresentam o mesmo encolhimento: em média, diminuíram de 4,0 para 3,5 membros nos últimos anos.

Quanto ao tipo de família, não há muitas distinções entre os trabalhadores dos sistemas público e privado de segurança: cerca de 4/5 dos casos referem-se a casais (sem filhos ou com filhos). E quando com filhos, estes possuem idade semelhante (indicando que os casais estão juntos há tempo parecido).

Alguma diferença só surge dentro do sistema público de segurança, com uma proporção maior de casais com filhos pequenos entre os ocupados do setor estadual (indicando que tais casais são mais recentes que os de trabalhadores dos setores federal e municipal).

Apesar da predominância de casais na estruturação das famílias dos ocupados nos sistemas público e privado de segurança, vale notar que entre 1997 e 2007 aumentou a proporção de outros tipos de família (que não se enquadram nos perfis mais comuns de estruturação – casais, mães com filhos etc.).

GRÁFICO 10
Brasil: número de componentes da família dos trabalhadores do sistema de segurança – setores público e privado – 1997 e 2007



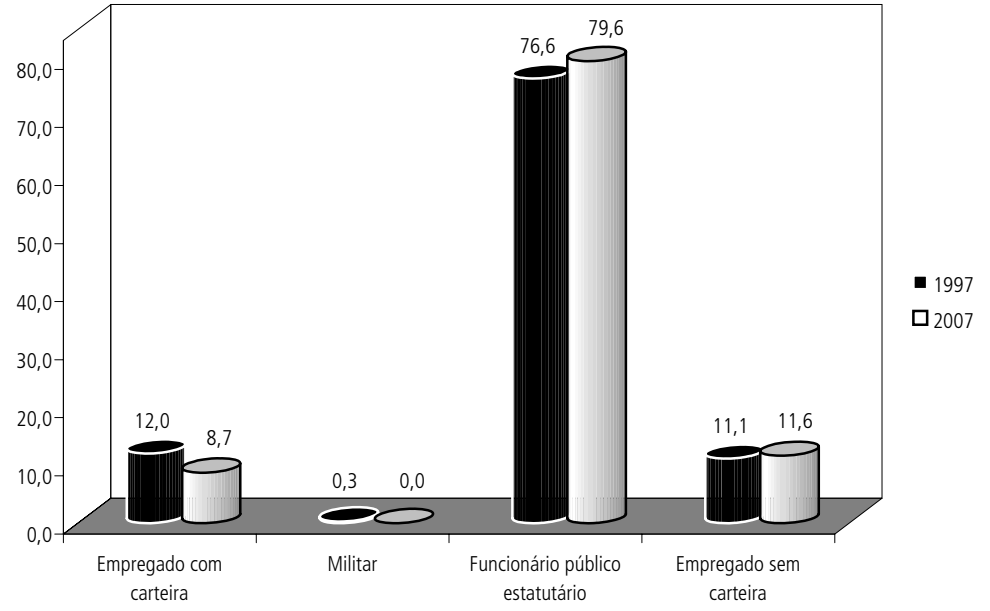
Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.2 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

2.2.1 Posição na ocupação

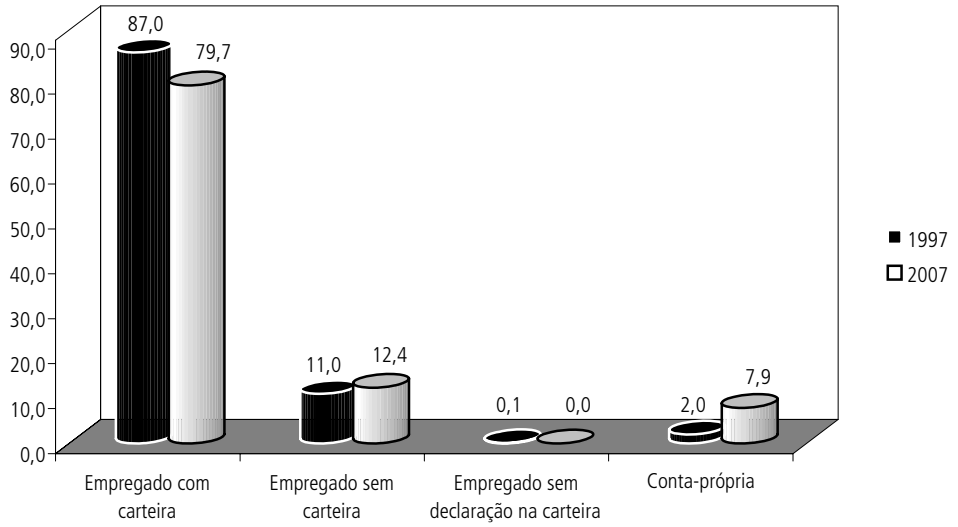
A ampla maioria dos trabalhadores do sistema público de segurança é composta por servidores públicos estatutários. Isto já era bastante claro em 1997 (76,6% dos ocupados) e tornou-se ainda mais evidente em 2007 (79,6%). Esses percentuais são puxados pelos segmentos federal (87,9% dos trabalhadores são estatutários) e estadual (87,6%). Já o segmento municipal apresenta uma realidade diferenciada, com uma expressiva proporção de empregados, com e sem carteira assinada (22,7% e 20,3% respectivamente). Por sua vez, os ocupados no sistema privado de segurança são majoritariamente empregados com carteira. Em 1997, eram 87,0%; em 2007, 79,7%. De qualquer forma, no período, aumentou a proporção de ocupados por conta própria (que chegou a 7,9%) e de empregados sem carteira (que alcançou 12,4%). Assim, observando-se apenas os indicadores de posição na ocupação, há indícios de uma precarização das relações de trabalho no sistema privado de segurança entre as décadas de 1990 e 2000, coisa que não parece ter ocorrido no sistema público.

GRÁFICO 11
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por posição na ocupação no trabalho principal – setor público agregado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 12
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por posição na ocupação no trabalho principal – setor privado agregado – 1997 e 2007



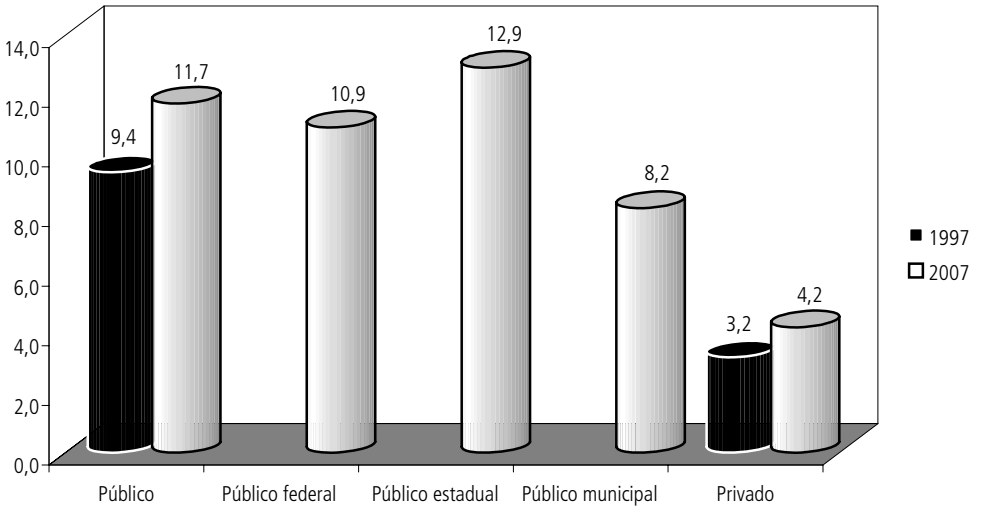
Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.2.2 Estabilidade no trabalho

Apesar de o número de trabalhadores no sistema público de segurança ter crescido entre 1997 e 2007, aumentou o seu tempo de ocupação de 9,4 anos para 11,7 anos em média (note-se que a mediana acompanhou esse incremento). O tempo de ocupação é maior nos segmentos estadual (onde chega a 12,9 anos em média) e federal (10,9 anos), mas é menor no segmento municipal ("somente" 8,2 anos em média). De qualquer forma, o tempo de ocupação no sistema privado é muito

inferior ao tempo no sistema público. Os trabalhadores do primeiro contam hoje com um tempo médio de apenas 4,2 anos – número que até aumentou no período analisado, mas não o suficiente para aproximar os trabalhadores dos sistemas público e privado. Ou seja, a estabilidade na ocupação é um atributo dos policiais (civis e militares), mas não necessariamente dos vigilantes privados.

GRÁFICO 13
Brasil: número de anos de ocupação dos trabalhadores do sistema de segurança – setores público e privado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

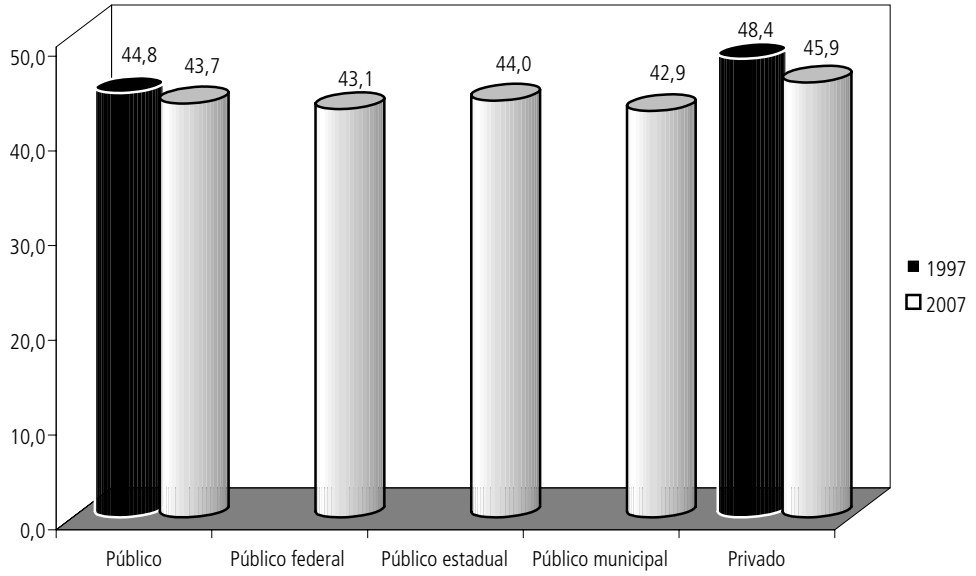
2.2.3 Jornada de trabalho

A maioria dos trabalhadores do sistema público de segurança ainda labora exclusivamente durante o dia (53,4%). Mas, entre 1997 e 2007, eles tenderam cada vez mais a enfrentar jornadas mistas (parte diurna e parte noturna). *Grosso modo*, isso indica as maiores dificuldades impostas aos policiais durante o período, pois passaram a se deparar com condições mais desgastantes de trabalho. Essas condições penalizaram especialmente os trabalhadores situados no segmento municipal (apenas 49,4% têm jornadas exclusivamente diurnas e 31,5% possuem jornadas exclusivamente noturnas). E penalizaram menos aqueles localizados nos segmentos estadual (54,4% e 7,7%, respectivamente) e federal (65,6% e 11,4%, pela ordem). A dinâmica dos trabalhadores do sistema privado de segurança foi bastante semelhante àquela dos do sistema público. Entre 1997 e 2007, se depararam cada vez mais com jornadas mistas: uma parte diurna e outra noturna. Apesar disso, os guardas particulares ainda enfrentam condições mais desgastantes de trabalho que os policiais, pois nada menos que 37,3% deles laboram exclusivamente no período noturno.

Quanto à carga de trabalho semanal, verifica-se que os trabalhadores do sistema público praticamente mantiveram-na entre 1997 e 2007. Houve apenas uma ligeira redução, de uma média de 44,8 horas semanais para 43,7 horas (sendo que a mediana sequer se alterou). Entre os diversos segmentos, não se verificam diferenças pronunciadas. Os trabalhadores estaduais possuem carga um pouco superior (44,0 horas semanais), mas os federais e municipais não ficam muito longe dessa média (43,1 e 42,9 horas). Já os trabalhadores do sistema privado de segurança contam com

uma carga maior de labor. Ainda que o número médio de horas semanais de trabalho tenha se reduzido de 48,4 para 45,9 horas, ele permanece acima do número constatado no sistema público.

GRÁFICO 14
Brasil: número de horas semanais de trabalho na ocupação principal dos trabalhadores do sistema de segurança – setores público e privado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.2.4 Remuneração do trabalho e rendimentos diversos

Em todo o período de análise, a forma de cálculo da remuneração dos trabalhadores do sistema público e privado de segurança é quase sempre por jornada de trabalho. Em outras palavras, paga-se ao policial ou guarda determinado montante por determinado número de horas trabalhadas, ou apenas colocadas à disposição do poder público ou das empresas. Dentro do sistema público não há diferenças perceptíveis entre os trabalhadores dos segmentos federal, estadual ou municipal: todos recebem de acordo com sua jornada de trabalho.

Contudo o valor monetário pago por essa jornada difere bastante segundo a inserção dos trabalhadores. Os do sistema público recebem mensalmente, em sua ocupação principal, R$ 1.627,19 em média (valor que cresceu 18,1% em termos reais entre 1997 e 2007).[4] Por sua vez, os trabalhadores do sistema privado auferem somente R$ 740,08 de remuneração média mensal em sua ocupação principal (valor que não só é menor como também diminuiu 8,1% em termos reais no período estudado).[5] Dentro do sistema público, o valor da remuneração é alavancado claramente pelos policiais federais, que recebem R$ 4.475,62 – média que representa

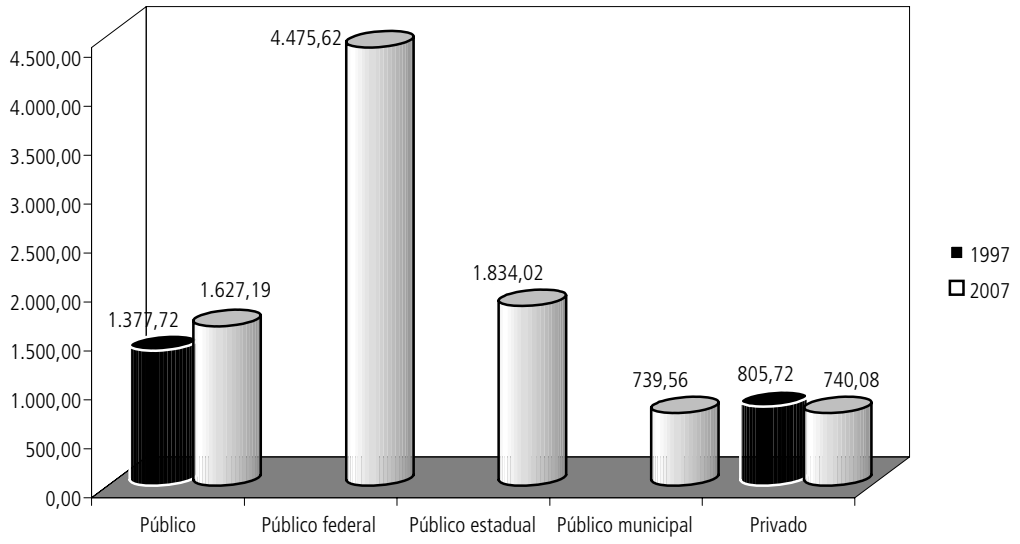
4. Todos os valores de rendimentos do trabalho (de 1997 e 2007) estão expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

5. Obviamente, quando se calculam as remunerações por hora trabalhada (ou à disposição do poder público ou das empresas), verifica-se que a distância entre os valores recebidos pelos trabalhadores dos sistemas público e privado é ainda maior. Afinal, os guardas particulares têm uma carga de trabalho maior que a dos policiais, conforme examinado no parágrafo imediatamente anterior.

mais de duas vezes a dos policiais estaduais (R$ 1.834,02) e quase seis vezes a dos policiais municipais (R$ 739,56).

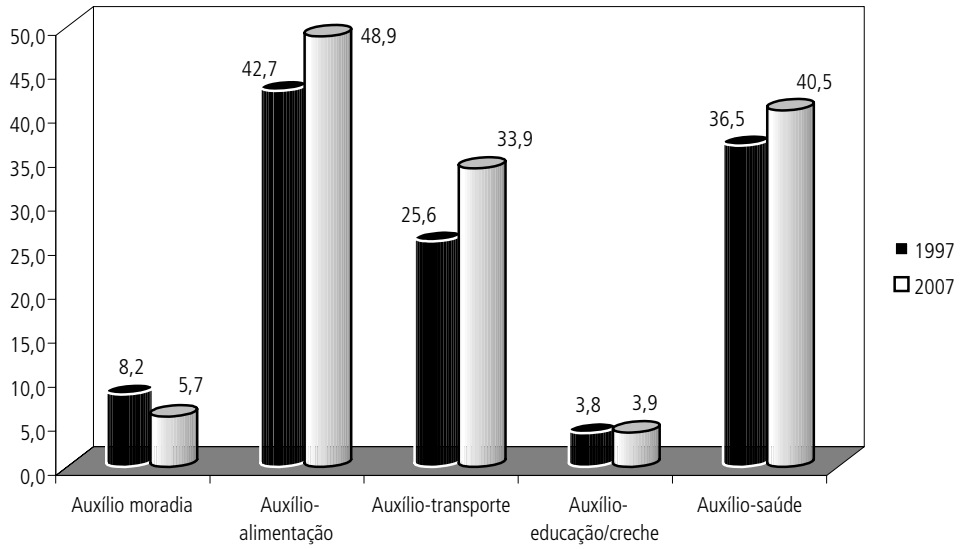
Além dos valores monetários pagos "diretamente", a remuneração dos trabalhadores é composta por valores monetários e não-monetários pagos "indiretamente" (auxílios de natureza diversa). Entre os trabalhadores do sistema público de segurança, há três auxílios que se destacam em importância: *a*) para alimentação (48,9% desses trabalhadores recebem); *b*) para transporte (33,9%); e *c*) para saúde (40,5%). Acrescente-se que esses auxílios ganharam relevância entre 1997 e 2007, com percentuais maiores de trabalhadores passando a auferi-los ao longo do período. Quando se leva em conta os segmentos do sistema público, constata-se que os auxílios beneficiam principalmente os trabalhadores do segmento federal (em particular, auxílio para alimentação) e estadual (auxílio para saúde). Os trabalhadores do segmento municipal, além de receberem a menor remuneração "direta", ainda são os menos beneficiados pelos valores "indiretos". Por fim, no caso dos trabalhadores do sistema privado de segurança, percebe-se que alguns auxílios os beneficiam, com destaque para: *a*) auxílio-alimentação (56,4%); *b*) auxílio-transporte (65,8%); e *c*) auxílio-saúde (22,2%). Mencione-se que esses benefícios ganharam importância para os trabalhadores do sistema privado no período estudado – especialmente o primeiro deles (alimentação).

GRÁFICO 15
Brasil: remuneração bruta mensal total dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setores público e privado – 1997 e 2007



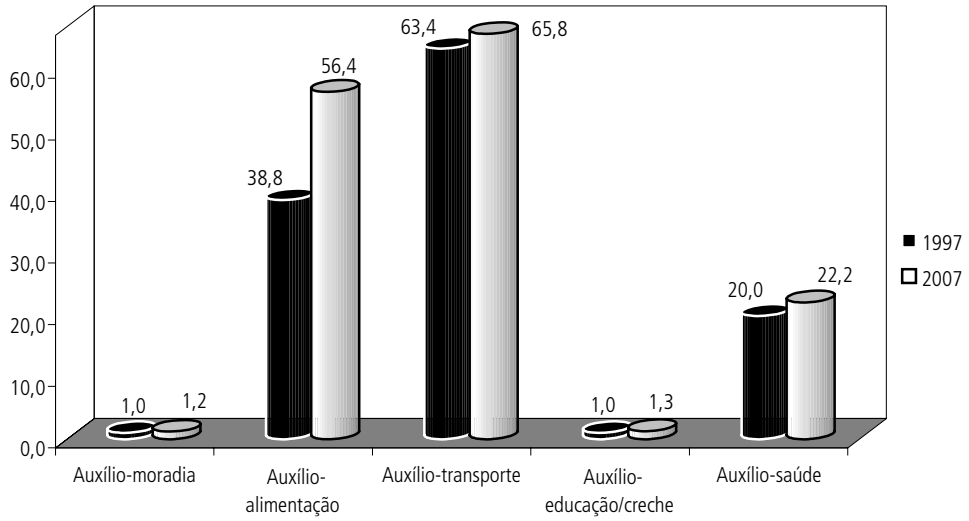
Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.
Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

GRÁFICO 16
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por recebimento de remuneração indireta (trabalho principal) – setor público – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 17
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por recebimento de remuneração indireta (trabalho principal) – setor privado – 1997 e 2007

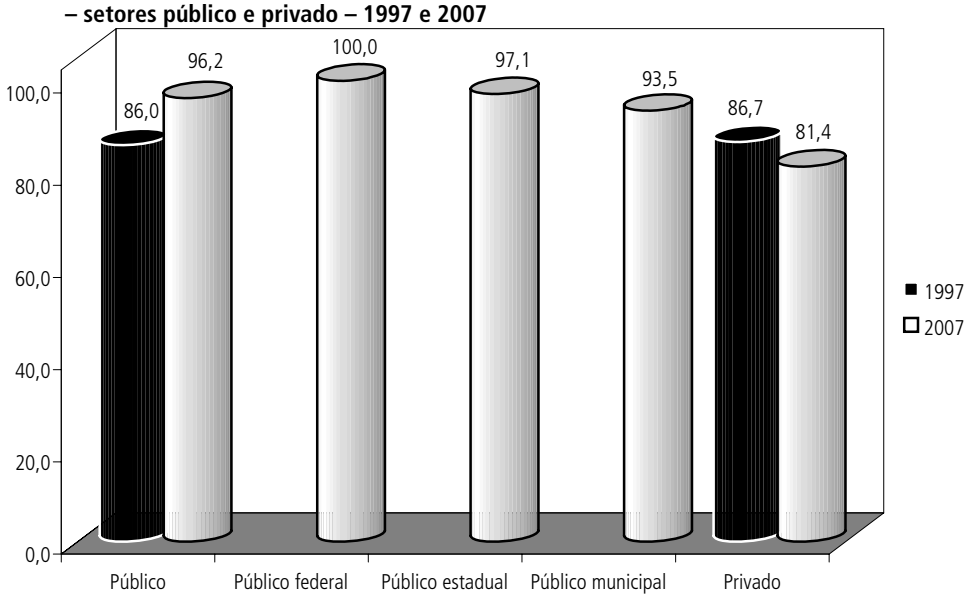


Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.2.5 Vinculação à previdência social

Em 1997, a proporção de contribuintes à previdência social entre os trabalhadores do sistema público de segurança já era elevada. Entretanto, em 2007, essa proporção aumentou ainda mais, pois passou de 86,0% para 96,2%. A maior proteção beneficiou especialmente os policiais federais e estaduais (praticamente todos estão protegidos), ainda que os policiais municipais tenham ficado apenas ligeiramente atrás (93,5% deles são contribuintes atualmente). Ressalte-se que, em sentido inverso, a proteção previdenciária diminuiu entre os ocupados no sistema privado de segurança (confirmando os indícios de uma precarização das relações de trabalho, já expostos acima na análise da posição ocupacional). A proporção de contribuintes, que era de 86,7% em 1997, caiu para 81,4% em 2007.

GRÁFICO 18
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por vinculação à previdência social – setores público e privado – 1997 e 2007

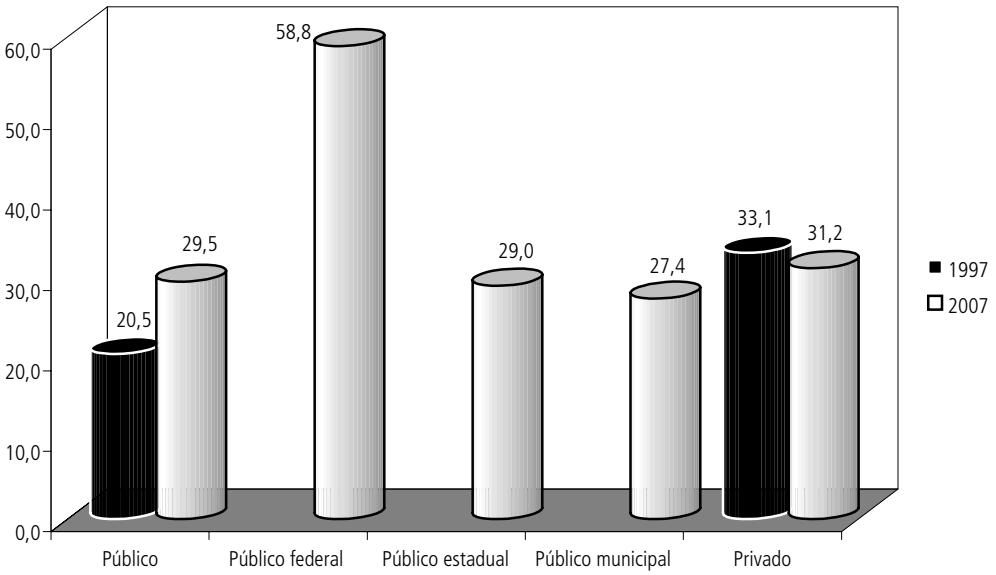


Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.2.6 Vinculação a associações de classe

A vinculação a associações de classe (sindicatos) aumentou entre os trabalhadores do sistema público de segurança no período em estudo – foi de 20,5% em 1997 para 29,5% em 2007. Note-se que essa vinculação é bastante forte entre os policiais federais, onde chega a 58,8%, mas não tanto entre os policiais estaduais e municipais, grupo que se situa em torno de 28%. Por fim, apesar dos indícios de precarização da ocupação entre os trabalhadores do sistema privado de segurança – encontrados na análise da posição na ocupação, da remuneração e da contribuição à previdência social, por exemplo –, verifica-se que sua vinculação a associações de classe não diminuiu de modo significativo – ela manteve-se em cerca de 32%.

GRÁFICO 19
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por vinculação a associações de classe – setores público e privado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

2.2.7 Ocupações secundárias

De acordo com as informações da Pnad/IBGE, ao longo do período analisado, a proporção de trabalhadores do sistema público de segurança que possui duas ou mais ocupações manteve-se por volta de 10%. Este percentual é praticamente nulo no caso dos policiais federais e é de aproximadamente 10% no caso dos estaduais e municipais. Ou seja, de acordo com os dados, é minoritária a proporção de policiais que não se dedica apenas a suas ocupações principais. Isso pode nos levar a questões a respeito de uma eventual subdeclaração de ocupações secundárias no sistema público de segurança. De qualquer maneira, entre os trabalhadores do sistema privado, é ainda menor a proporção de guardas com ocupações adicionais, que se restringe a aproximadamente 5% (percentual que se manteve estável entre 1997 e 2007). Em vez de subdeclaração, pode ser que esses trabalhadores tenham mais dificuldades para obter ocupações secundárias (até porque já trabalham mais horas na semana).

Aqueles que possuem ocupações adicionais no sistema público de segurança ocupam-se principalmente como trabalhadores por conta própria (47,0% – porcentagem praticamente estável) e empregados (40,2% – idem). No caso dos policiais estaduais, destacam-se ambos os tipos de inserção, ao passo que no caso dos municipais destaca-se a inserção como conta-própria (58,6%). Ou seja, mesmo no caso das ocupações secundárias, os guardas municipais são os que se encontram diante das situações laborais mais precárias. Finalmente, no que se refere àqueles que contam com ocupações adicionais no sistema privado de segurança, verifica-se que eles também se dividem entre empregados (48,2% – percentual crescente) e trabalhadores por conta própria (44,0% – decrescente).

Os trabalhadores do sistema público de segurança que possuem ocupações secundárias despendem aí 23,0 horas por semana (média ligeiramente decrescente no período analisado). Essa carga adicional de trabalho é um pouco maior entre os guardas municipais (24,2 horas) e um pouco menor entre os policiais estaduais (22,4 horas). Os trabalhadores do sistema privado de segurança gastam 24,2 horas semanais em suas ocupações adicionais (média também suavemente decrescente).

Somadas as jornadas, constata-se que os trabalhadores do sistema público que contam com ocupações secundárias além da principal (por volta de 10% deles) laboram 66,7 horas por semana (cerca de 52% a mais que a jornada de 44 horas estipulada na Constituição Federal). Esta média é praticamente igual entre os policiais estaduais e os municipais (recorde-se que os policiais federais quase não possuem ocupações adicionais – laborando apenas 43,1 horas semanais). Já no caso dos trabalhadores do sistema privado de segurança, somadas as jornadas, percebe-se que eles laboram nada menos que 70,1 horas por semana (cerca de 60% a mais que a jornada constitucional).

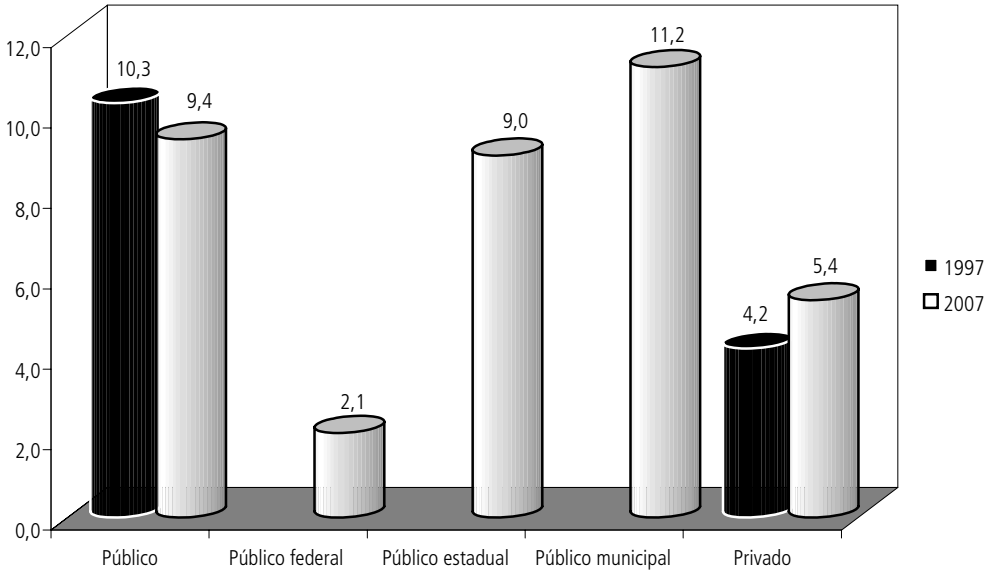
O valor monetário da jornada adicional é bastante diferenciado, de acordo com a inserção dos trabalhadores. Os que em sua ocupação principal vinculam-se ao sistema público de segurança auferem R$ 911,64 mensalmente (montante que caiu 16,2% em termos reais entre 1997 e 2007).[6] Os vinculados ao sistema privado recebem R$ 545,78 por mês (valor que não só é menor como ainda recuou 2,1% no período citado). No sistema público, a remuneração média dos trabalhos adicionais é puxada

6. Todos os valores de rendimentos do trabalho (de 1997 e 2007) estão expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

para cima pelos policiais estaduais (que obtêm uma renda extra mensal de R$ 1.073,96) e para baixo pelos guardas municipais (somente R$ 534,69 – cerca de metade do valor de suas contrapartes estaduais).

Quando calculado por hora de trabalho, o valor monetário da jornada adicional revela-se superior ao da jornada principal.[7] No caso dos trabalhadores do sistema público, o valor da hora trabalhada passa de R$ 37,78 na ocupação principal para R$ 39,64 na adicional (um incremento de 4,9%). Já no caso dos trabalhadores do sistema privado, o valor passa de R$ 16,13 para R$ 22,55 (um aumento de 39,8%). Ou seja, as ocupações adicionais representam um atrativo para os trabalhadores dos serviços de segurança, seja do ponto de vista da remuneração total (pois o valor das ocupações adicionais representa uma proporção expressiva do valor da ocupação principal – dado o baixo montante desta), seja do ponto de vista da remuneração por hora trabalhada (pois a hora nas ocupações secundárias é mais valorizada que na ocupação principal). No sistema privado, isso é bastante claro e evidente. Mas no sistema público, em alguma medida, isso também parece ser verdade (o que só reforça a dúvida, já mencionada, acerca de uma eventual subdeclaração de ocupações secundárias por parte dos trabalhadores do sistema público de segurança).[8]

GRÁFICO 20
Brasil: proporção de trabalhadores do sistema de segurança que possui mais de uma ocupação – setores público e privado – 1997 e 2007



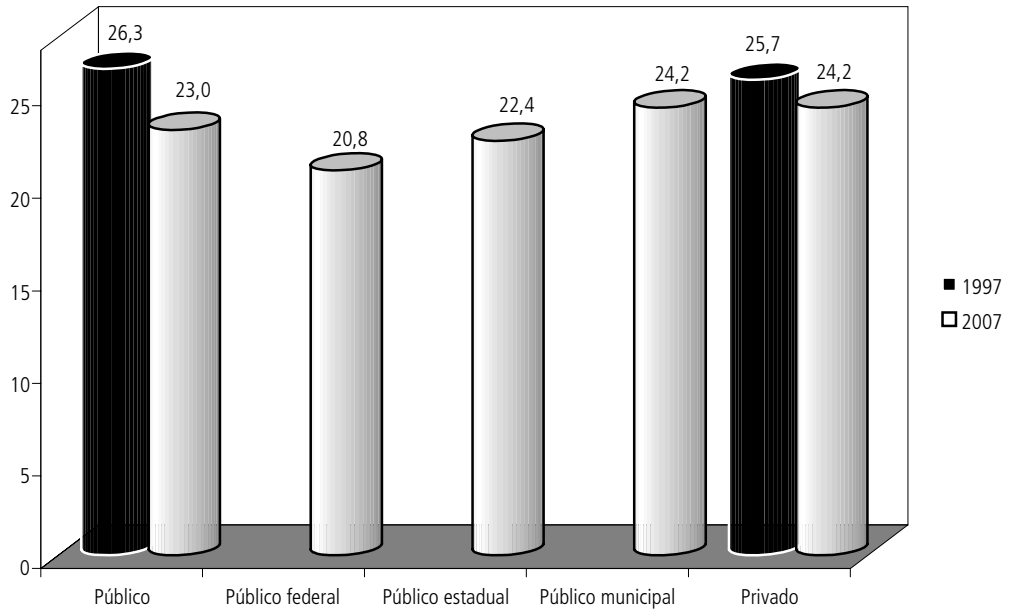
Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

7. O cálculo aqui realizado é simplesmente a divisão da remuneração bruta mensal total (em reais atualizados) auferida pelos trabalhadores pelas horas trabalhadas (ou à disposição do poder público ou das empresas) na semana (em número) no ano de 2007. Ou seja, trata-se apenas de uma *proxy* do efetivo valor da hora trabalhada nos sistemas público e privado de segurança.

8. Esse caráter atrativo das ocupações adicionais, que surge mesmo no caso dos trabalhadores do sistema público de segurança, é reiterado pela observação de que, em termos familiares *per capita*, a remuneração da ocupação principal equivale a pouco mais de 1 salário mínimo (SM) (com o valor de setembro de 2007) no caso dos trabalhadores estaduais e a menos de 1/2 SM (idem) no caso dos trabalhadores municipais. Considerando-se que essa ocupação é a principal fonte de rendimentos das famílias dos trabalhadores dos segmentos estadual e municipal (o que, por diversos motivos, é bastante plausível), logo se constata o caráter atrativo das ocupações adicionais, mesmo no sistema público de segurança (que registrou ganhos reais de remuneração entre 1997 e 2007).

GRÁFICO 21

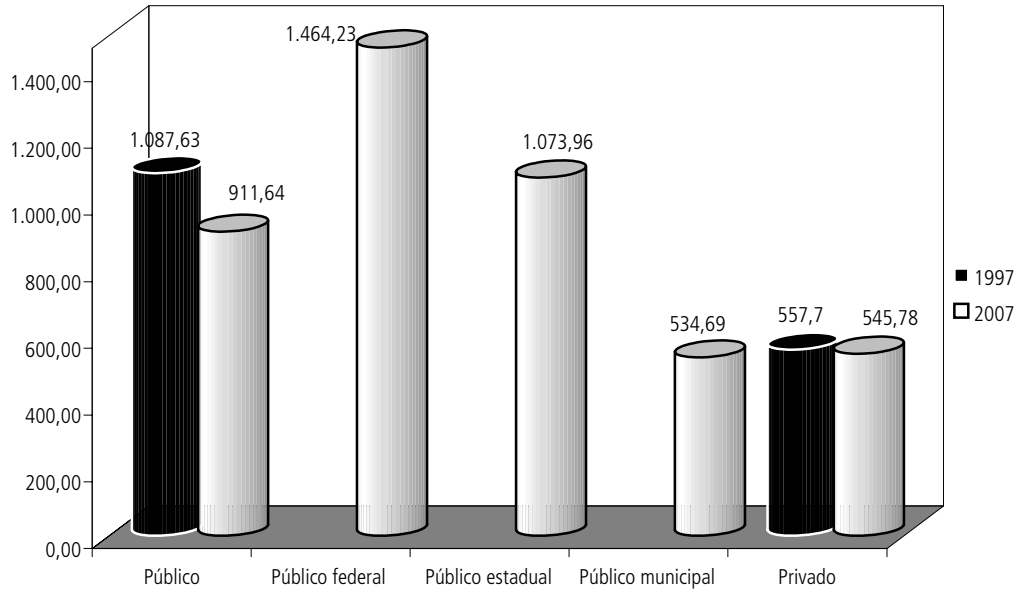
Brasil: número de horas semanais de trabalho nas ocupações secundárias dos trabalhadores do sistema de segurança – setores público e privado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

GRÁFICO 22

Brasil: remuneração bruta mensal total dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setores público e privado – 1997 e 2007

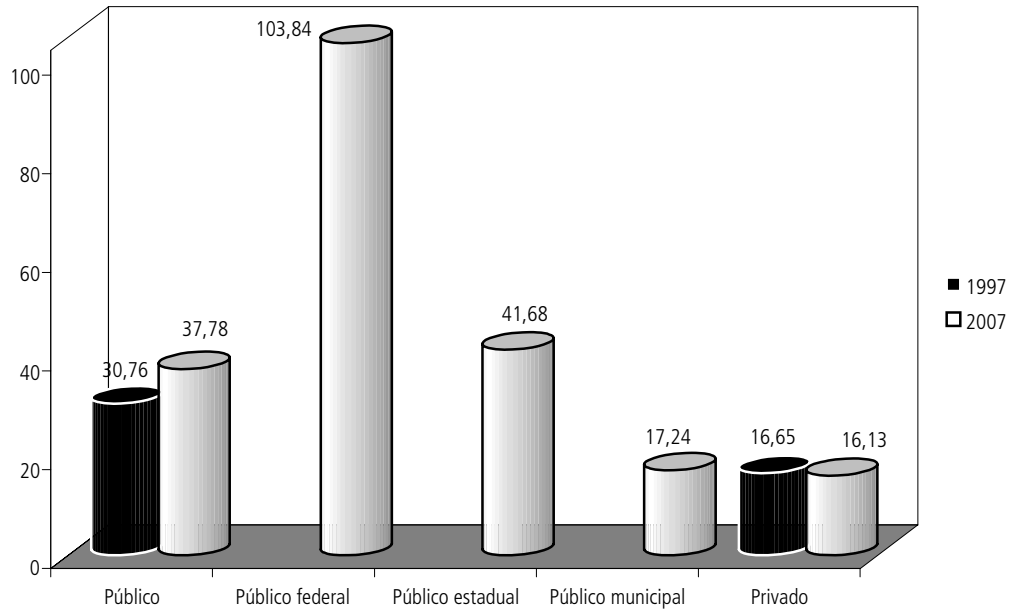


Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

GRÁFICO 23

Brasil: remuneração bruta por hora dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setores público e privado – 1997 e 2007

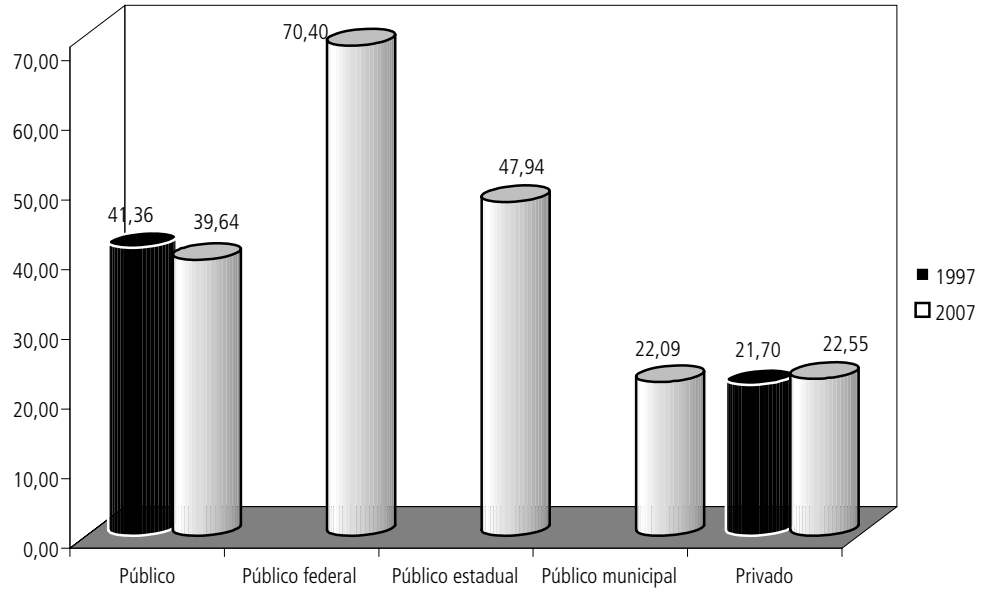


Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

GRÁFICO 24

Brasil: remuneração bruta por hora dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setores público e privado – 1997 e 2007



Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou realizar uma análise da evolução das condições de ocupação dos trabalhadores nos sistemas de segurança no Brasil, fazendo uma comparação entre os sistemas público e privado de segurança, bem como entre os segmentos federal, estadual e municipal dentro do sistema público.

Essa análise procurou testar a hipótese de que, em termos da oferta de serviços relacionados à segurança nas décadas de 1990 e 2000, o país parece ter optado por uma oferta privada. Não obstante essa opção privada parece fragilizada pelas precárias condições de ocupação dos trabalhadores envolvidos. E isso coloca diversos problemas para a concretização do direito (constitucionalmente atribuído à população) à segurança na vida cotidiana.

De fato, entre 1997 e 2007, o número de trabalhadores diretamente envolvidos com a oferta de serviços de segurança aumentou em 46,4%, alcançando nada menos de 1,409 milhão. De certa forma, isso já mostra a importância adquirida por esses serviços na vida diária da população brasileira.

Ressalte-se, contudo, que foi principalmente o sistema privado de segurança que catalisou este aumento, pois cresceu 73,9% no período – contra um crescimento de 29,3% do sistema público. Em 1997, as organizações empresariais respondiam por 38,3% dos trabalhadores de segurança, ao passo que os entes estatais (federais, estaduais e municipais) respondiam por 61,7%. Dez anos depois, esses percentuais correspondiam a 45,5% e 54,5%, respectivamente.

Grosso modo, isso significa que os serviços privados ganharam maior relevância face aos serviços públicos, passando a contar com um número mais próximo de trabalhadores (pela ordem, 641 mil e 768 mil em 2007). Ou seja, entre as décadas de 1990 e 2000, o Brasil realmente parece ter optado, cada vez mais, por uma oferta privada dos serviços de segurança.

Destaque-se que, dentro do sistema público de segurança, o maior número de trabalhadores está na esfera estadual: 70,8% dos ocupados são membros das polícias militares e civis dos estados. Na sequência, está a esfera municipal: 26,1% dos trabalhadores são componentes das guardas dos municípios. A esfera federal, com suas polícias federal, rodoviária e ferroviária, concentra apenas 3,1% dos ocupados em segurança no Brasil.

Em termos de perfil sociodemográfico, o trabalhador responsável pelos *serviços públicos* de segurança é homem, de idade mediana (e crescente), parte branco e parte negro (ainda que cada vez mais negro). Este trabalhador encontra-se distribuído pelas regiões mais populosas do país (mas, crescentemente, também nas regiões menos populosas). Em alguma medida, ele é um migrante (mudou-se de município e de estado para trabalhar), mas esta parcela migrante é cada vez menor. Seu tempo de estudo não lhe garante sequer o ensino médio completo, ainda que esse tempo tenha aumentado ao longo do período. Sua família é cada vez menor (apenas 3,6 componentes), mas a estrutura básica dessa família se mantém como casal (com ou sem filhos).

Já em termos de perfil socioeconômico, esse trabalhador é servidor público estatutário, com um elevado (e crescente) tempo na mesma ocupação (mais de uma década). Ele ainda trabalha principalmente durante o dia, mas passou a enfrentar cada vez mais horários mistos (parte dia e parte noite). Sua jornada na ocupação principal é a prevista na legislação (cerca de 44 horas semanais). A forma de cálculo de sua remuneração é por jornada (e não por tarefa), sendo que seu valor na ocupação principal é de R$ 1.627,19 em média (valor que cresceu 18,1% em termos reais entre 1997 e 2007). Como remuneração indireta, ele recebe principalmente o auxílio-alimentação, o auxílio-transporte e o auxílio-saúde (e esses benefícios ganharam importância na década). Quase sempre ele é contribuinte da previdência social, sendo por ela protegido (em caso de ocorrência de eventos ligados à incapacidade para o trabalho). E sua vinculação a associações de classe aumentou no período (mesmo que ainda esteja abaixo de 1/3 atualmente). Ao menos declaradamente, sua dedicação a ocupações secundárias é minoritária (apenas 10% têm outra ocupação além da principal – o que conduz a questões sobre eventual subdeclaração desta informação específica). Quando possui ocupações adicionais, elas se dão parte como empregado, parte como conta-própria. Ademais, elas consomem 23,0 horas por semana (o que faz com que ele trabalhe 66,7 horas por semana no total – número 52% superior à jornada estipulada na Constituição Federal). Por fim, elas rendem mensalmente R$ 911,64 em média (valor que representa 56% da remuneração alcançada apenas com a ocupação principal – o que mostra que as ocupações adicionais não são propriamente desimportantes para o trabalhador).

Contrastando com esse perfil, há o perfil sociodemográfico do trabalhador responsável pelos *serviços privados* de segurança. Em linhas gerais, ele é homem, de idade mediana, negro na maior parte (parte esta cada vez maior). Concentra-se nas regiões do país que apresentam maior desenvolvimento econômico (Sudeste e Sul). Em alguma medida, é um migrante (ainda que isso seja cada vez menos verdade). Sua instrução é ainda menor que a de seu colega do sistema público: seu tempo de estudo restringe-se a 8,1 anos, o que só lhe assegura o ciclo fundamental completo. É verdade que sua instrução aumentou um pouco entre 1997 e 2007, mas dificilmente continua frequentando a escola após o início do trabalho. Sua família encolheu no período (3,5 componentes), mas mantém a estrutura: casal com ou sem filhos.

Se o perfil sociodemográfico do trabalhador no sistema privado é relativamente semelhante ao do sistema público, o mesmo não ocorre com o perfil socioeconômico. O trabalhador dos serviços privados de segurança é principalmente um empregado com carteira, ainda que tenha crescido seu emprego sem carteira e sua ocupação como conta-própria entre 1997 e 2007. Seu tempo na mesma ocupação é bastante inferior ao de seu colega no sistema público: restringe-se a 4,2 anos em média. No que se refere ao horário de trabalho, enfrenta condições mais desgastantes, pois seu labor no período noturno é muito frequente (bem como seu labor em períodos mistos: parte diurno e parte noturno). Sua jornada semanal é superior à de seu colega no sistema público, pois alcança 45,9 horas em média. A forma de cálculo de sua remuneração é por jornada (e não por tarefa), mas o valor desta é muito inferior: limita-se a R$ 740,08 mensais (valor que não só é menor que o registrado no sistema público, como também diminuiu 8,1% em termos reais entre 1997 e 2007). Quanto à remuneração indireta, alguns auxílios beneficiam esse trabalhador, como o auxílio-

alimentação, o auxílio-transporte e o auxílio-saúde (sendo que esses benefícios ganharam importância no período – especialmente o primeiro). Sua proteção previdenciária diminuiu, pois a contribuição que faz ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) reduziu-se. Entretanto, manteve-se sua filiação a associações de classe (em torno de 1/3 atualmente). Sua dedicação a ocupações secundárias é ainda menor que a de seu colega do sistema público (sendo que aqui não há suspeitas de subdeclaração, pois o que deve ocorrer é uma dificuldade maior de obtenção de ocupações secundárias). Quando exerce tais ocupações, esse trabalhador o faz como empregado e conta-própria, despendendo 24,2 horas semanais (o que faz com que labore nada menos de 70,1 horas por semana – 60% a mais que a jornada constitucional). Essas ocupações adicionais rendem ao trabalhador do sistema privado R$ 545,78 mensais em média. Apesar de este valor ter recuado 2,1% em termos reais entre 1997 e 2007, ele permanece relevante, pois corresponde a 74% da remuneração alcançada apenas com a ocupação principal.

Em resumo, pelo que os números indicam, os trabalhadores envolvidos com os serviços privados de segurança são menos qualificados (contam com poucos anos de estudo), trabalham mais (submetem-se a jornadas semanais excessivas) e em condições mais desgastantes (com prevalência crescente de horários mistos ou noturnos). Seus vínculos ocupacionais são mais instáveis (permanecem menos tempo com os mesmos vínculos), mais precários (ocupam-se cada vez mais como assalariados sem carteira e como trabalhadores por conta própria) e garantem menos proteção (seus vínculos com a previdência social são mais rarefeitos). Finalmente, até como reflexo disso, sua remuneração é bastante inferior (aliás, nas ocupações principal e secundária, ela é não só inferior como também decrescente).

Dessa maneira, a oferta privada de serviços de segurança, ampliada nos anos 1990 e 2000, apresenta diversas fragilidades – relacionadas principalmente às precárias condições de ocupação de seus trabalhadores. Aparentemente, tais fragilidades ajudam a questionar a materialização do direito à segurança, tal como previsto na Constituição Federal de 1988. Isso porque parece difícil conceber que esse direito seja realmente garantido, no cotidiano da população, por trabalhadores pouco qualificados, submetidos a jornadas e condições de trabalho exaustivas, por meio de vínculos instáveis e precários, mediante uma remuneração extremamente reduzida. Por meio desses trabalhadores, parece pouco crível que tal direito seja realmente garantido à população, da forma como deve efetivamente ser (em especial, em plena consonância com outros direitos fundamentais, igualmente previstos na Constituição – como o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e dignidade do ser humano). No cotidiano, as situações intrínsecas à realização do direito à segurança, nos moldes e com os requisitos constitucionalmente definidos, são dotadas de grande complexidade. E as condições de ocupação dos trabalhadores do sistema privado, com todas as suas fragilidades, não parecem colaborar para a superação dessa complexidade.

Para encerrar, algumas palavras sobre as condições de ocupação nos diversos segmentos do sistema público de segurança. Em linhas gerais, essas condições são melhores no federal (que conta com apenas 3,1% dos ocupados nesse sistema) e piores no municipal (26,1% dos ocupados). Comparativamente, o segmento estadual (70,8% dos ocupados) apresenta condições intermediárias.

Isso pode ser percebido na análise de diversos aspectos, que apontam para as condições inferiores de inserção dos *trabalhadores municipais*, os quais não se mostram capacitados (têm ensino fundamental incompleto e não continuam a estudar) e trabalham em situações mais desgastantes (em jornadas noturnas ou mistas), com vínculos mais instáveis (menor tempo na mesma ocupação), mais precários (maior proporção de assalariados sem carteira) e menos protegidos (menor vinculação à previdência social). Até como um reflexo disso, sua remuneração situa-se bastante abaixo da dos trabalhadores federais e estaduais (cerca de 1/6 da remuneração dos primeiros e menos da metade da dos segundos). Ou seja, o segmento municipal do sistema de segurança apresenta diversas fragilidades no que se refere às condições de ocupação de seus membros. E como estes representam mais de 1/4 do total de trabalhadores do sistema público de segurança, essas fragilidades ganham maior realce.

Contudo, o *segmento estadual*, com mais de 2/3 desses trabalhadores, também exibe algumas fragilidades, mesmo que em aspectos específicos das condições de ocupação. Os aspectos que se destacam aí são a capacitação (os trabalhadores possuem apenas o ciclo médio completo, sendo que poucos continuam a estudar), bem como a remuneração (que, apesar de estar aumentando em termos reais, ainda se situa em patamares relativamente baixos em termos *per capita* familiar – umas das razões pelas quais as ocupações adicionais parecem ter apelo significativo entre esses trabalhadores, apesar dos indícios de sua subdeclaração).

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, M. *As fontes de rendimentos dos ricos no Brasil*. Brasília: Ipea, 2004 (Texto para Discussão, n. 1.014).

_____. *Estrutura familiar e rendimentos do trabalho dos ricos no Brasil*. Brasília: Ipea, 2004a (Texto para Discussão, n. 1.015).

_____. *As oportunidades de ser rico por meio do trabalho estão abertas a todos?* Brasília: Ipea, 2004b (Texto para Discussão, n. 1.026).

_____. *A geografia dos ricos no Brasil*. Brasília: Ipea, 2004c (Texto para Discussão, n. 1.029).

ANEXO A

OCUPAÇÕES E ATIVIDADES

Como mencionado na apresentação, o foco deste texto está nas atividades diretamente vinculadas à vigilância e à investigação, seja no setor público ou no privado, seja no segmento federal, estadual ou municipal. Quer dizer, o foco está nas atividades-fim de segurança, definidas a partir do cruzamento de dois critérios dentro da Pnad/IBGE: de um lado, o tipo de ocupação profissional e, de outro, o tipo de atividade "econômica". No que se refere ao *tipo de ocupação*, são consideradas as seguintes categorias:

Código na Pnad/IBGE (Anexo II)	Descrição
Ocupações do sistema público	
Pnad 1995/1996/1997: 0861 Pnad 2005/2006/2007: 0401	Comandante de batalhão, coronel, major (na polícia militar)
Pnad 1995/1996/1997: 0861 Pnad 2005/2006/2007: 0401	Tenente-coronel (na polícia militar)
Pnad 1995/1996/1997: 0861 Pnad 2005/2006/2007: 0402	Capitão (na polícia militar)
Pnad 1995/1996/1997: 0861 Pnad 2005/2006/2007: 0403	Tenente: primeiro, segundo (na polícia militar)
Pnad 1995/1996/1997: 0861 Pnad 2005/2006/2007: 0411	Aluno do curso de formação de oficiais, cadete (na polícia militar)
Pnad 1995/1996/1997: 0862 Pnad 2005/2006/2007: 0412	Subtenente, sargento: primeiro, segundo, terceiro (na polícia militar)
Pnad 1995/1996/1997: 0862 Pnad 2005/2006/2007: 0413	Cabo, soldado (na polícia militar)
Pnad 1995/1996/1997: 0865 Pnad 2005/2006/2007: 5172	Agente de polícia: civil, estadual, federal
Pnad 1995/1996/1997: 0866 Pnad 2005/2006/2007: 5172	Assistente policial, controlador de tráfego, mateiro (guarda florestal)
Pnad 1995/1996/1997: 0866 Pnad 2005/2006/2007: 5172	Fiscal de: tráfego, trânsito
Pnad 1995/1996/1997: 0866 Pnad 2005/2006/2007: 5172	Guarda, patrulheiro de trânsito, polícia rodoviária, policial
Pnad 1995/1996/1997: 0866 Pnad 2005/2006/2007: 5172	Guarda: feminina, rodoviário, civil, florestal, municipal, noturno público, rural (policial)
Pnad 1995/1996/1997: 0866 Pnad 2005/2006/2007: 5172	Inspetor de: guarda-territorial, polícia rodoviária, tráfego, trânsito (policial)
Pnad 1995/1996/1997: 0866 Pnad 2005/2006/2007: 5172	Marronzinho, vigilante (policial)

(continua)

(continuação)

Ocupações do sistema público ou privado (a depender da atividade "econômica")	
Pnad 1995/1996/1997: 0808 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Guarda-costas – inclusive no serviço doméstico
Pnad 1995/1996/1997: 0808 e 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Vigia – inclusive no serviço doméstico
Pnad 1995/1996/1997: 0841 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Encarregado, guarda de portaria de edifício (porteiro)
Pnad 1995/1996/1997: 0841 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Porteiro – inclusive ajudante, auxiliar
Pnad 1995/1996/1997: 0843 e 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Agente, assistente, auxiliar, encarregado, fiscal de serviço de segurança
Pnad 1995/1996/1997: 0843 e 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Encarregado, fiscal de vigilância (em organizações particulares de segurança)
Pnad 1995/1996/1997: 0843 e 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Fiscal de vigilância bancária, guarda de banco (em organizações particulares de segurança)
Pnad 1995/1996/1997: 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Ronda noturno, rondante, vigiador (vigia)
Pnad 1995/1996/1997: 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Agente, atendente, fiscal, guarda de portaria – inclusive ajudante, auxiliar
Pnad 1995/1996/1997: 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Assistente, auxiliar, sinaleiro de serviço de vigilância
Pnad 1995/1996/1997: 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Auxiliar, encarregado de vigia – inclusive serviço noturno
Pnad 1995/1996/1997: 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Celeireiro, guariteiro, guerrilheiro, olheiro (vigia)
Pnad 1995/1996/1997: 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Guarda: da noite, máquinas, pista, rondante, volume, malas
Pnad 1995/1996/1997: 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Guarda-noturno particular
Pnad 1995/1996/1997: 0843 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Inspetor de: cemitério, circulação local, vigilante
Pnad 1995/1996/1997: 0864 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Comissário de: polícia, vigilância
Pnad 1995/1996/1997: 0864 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Inspetor de: guardas, polícia, segurança policial
Pnad 1995/1996/1997: 0864 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Perito: criminal, policial
Pnad 1995/1996/1997: 0865 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Detetive: de polícia, inspetor, particular, profissional
Pnad 1995/1996/1997: 0865 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Fiscal de policiamento, oficial de diligência

(continua)

(continuação)

Pnad 1995/1996/1997: 0865 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Investigador: de polícia, particular
Pnad 1995/1996/1997: 0867 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Agente, guarda, inspetor penitenciário, de presídio
Pnad 1995/1996/1997: 0867 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Carcereiro
Pnad 1995/1996/1997: 0867 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Chaveiro (carcereiro)
Pnad 1995/1996/1997: 0868 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Auxiliar, ajudante de datiloscopia
Pnad 1995/1996/1997: 0868 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Datiloscopista, identificador – inclusive ajudante, auxiliar
Pnad 1995/1996/1997: 0868 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Papiloscopista – inclusive policial
Pnad 1995/1996/1997: 0868 Pnad 2005/2006/2007: 3518	Técnico de identificação
Pnad 1995/1996/1997: 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Agente de segurança: de aeroporto, ferroviária
Pnad 1995/1996/1997: 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Guarda de: cais do porto, comporta de canais
Pnad 1995/1996/1997: 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Guarda, inspetor, líder de vigilância (em empresa particular de segurança)
Pnad 1995/1996/1997: 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Guarda: ferroviário, portuário, valores
Pnad 1995/1996/1997: 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Guarda-vigia, ronda, rondante (em organizações particulares de segurança)
Pnad 1995/1996/1997: 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5173	Vigilante: bancário, de aeroporto, de organizações particulares de segurança
Pnad 1995/1996/1997: 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Guarda de: bomba de água, central automática de alarme, estação, rede, silo
Pnad 1995/1996/1997: 0869 Pnad 2005/2006/2007: 5174	Guarda de: subestações, turbina

Já no que concerne ao *tipo de atividade* (que deve ser cruzada com o tipo de ocupação), são consideradas as seguintes categorias:

Código na Pnad/IBGE (Anexo IV)	Descrição
Atividade do sistema público	
Pnad 1995/1996/1997: 0713 Pnad 2005/2006/2007: 75011	Administração pública federal
Pnad 1995/1996/1997: 0713 Pnad 2005/2006/2007: 75011	Ministério da justiça
Pnad 1995/1996/1997: 0714 Pnad 2005/2006/2007: 75012	Administração pública estadual
Pnad 1995/1996/1997: 0714 Pnad 2005/2006/2007: 75012	Governo estadual
Pnad 1995/1996/1997: 0715 Pnad 2005/2006/2007: 75013	Administração pública municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0715 Pnad 2005/2006/2007: 75013	Governo municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Administração e funcionamento da polícia federal
Pnad 1995/1996/1997: 0588 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Administração e funcionamento da polícia portuária
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Administração e funcionamento da polícia rodoviária federal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Departamento de polícia federal (DPF)
Pnad 1995/1996/1997: 0615 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Guarda florestal, federal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Polícia federal
Pnad 1995/1996/1997: 0474 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Polícia ferroviária federal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Polícia interestadual
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Polícia marítima
Pnad 1995/1996/1997: 0588 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Polícia portuária
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Polícia rodoviária federal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Polinter
Pnad 1995/1996/1997: 0713 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Secretaria federal de segurança

(continua)

(continuação)

Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75015	Serviço de polícia criminal internacional, Interpol
Pnad 1995/1996/1997: 0727 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Administração de penitenciária estadual
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Administração e funcionamento da polícia civil
Pnad 1995/1996/1997: 0724 e 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Administração e funcionamento da polícia de trânsito estadual
Pnad 1995/1996/1997: 0724 e 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Administração e funcionamento da polícia estadual
Pnad 1995/1996/1997: 0615 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Administração e funcionamento da polícia florestal estadual
Pnad 1995/1996/1997: 0724 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Administração e funcionamento da polícia militar
Pnad 1995/1996/1997: 0724 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Brigada militar; polícia militar
Pnad 1995/1996/1997: 0727 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Cadeia pública
Pnad 1995/1996/1997: 0727 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Casa de correção
Pnad 1995/1996/1997: 0727 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Casa de detenção
Pnad 1995/1996/1997: 0724 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Centro de operações da polícia militar (Copom)
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Delegacia policial (DP)
Pnad 1995/1996/1997: 0724 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Destacamento de policiamento ostensivo (DPO)
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Distrito policial (DP)
Pnad 1995/1996/1997: 0724 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Força pública estadual
Pnad 1995/1996/1997: 0615 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Guarda florestal, estadual
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Instituto médico legal
Pnad 1995/1996/1997: 0727 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Penitenciária
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Polícia civil

(continua)

(continuação)

Pnad 1995/1996/1997: 0615 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Polícia florestal do estado
Pnad 1995/1996/1997: 0724 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Polícia militar
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Polícia técnica civil
Pnad 1995/1996/1997: 0724 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Posto policial comunitário (PPC)
Pnad 1995/1996/1997: 0727 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Presídio
Pnad 1995/1996/1997: 0724 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Quartel da polícia militar
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Rádio patrulha
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Secretaria de segurança pública (SSP)
Pnad 1995/1996/1997: 0714 e 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Secretaria estadual de segurança
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75016	Segurança e ordem pública
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Administração e funcionamento da guarda municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Administração e funcionamento da polícia municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Guarda civil municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Guarda municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Guarda noturna municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Polícia de trânsito municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0615 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Polícia florestal do município
Pnad 1995/1996/1997: 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Polícia municipal
Pnad 1995/1996/1997: 0715 e 0725 Pnad 2005/2006/2007: 75017	Secretaria municipal de segurança

(continua)

(continuação)

Atividade do sistema privado	
Pnad 1995/1996/1997: 0545 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Adestramento de cães de guarda, exclusive canil; serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0578 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Agência de detetives particulares
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Assessoria em segurança de lugares e serviços públicos, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Assessoria em segurança industrial, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0578 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Detetive particular, agência de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Empresa de segurança
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Empresa de vigilância
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Guarda de segurança; empresa, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Guarda diurna; empresa, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Guarda noturna; empresa, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Guarda patrimonial; empresa, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0578 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Investigação particular; agência, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Segurança domiciliar por conta própria
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Segurança; empresa, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Transporte de valores; empresa, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Transporte em veículos blindados, serviço de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Vigilância e segurança, serviços de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Vigilância e transporte de valores, serviços de
Pnad 1995/1996/1997: 0543 Pnad 2005/2006/2007: 74050	Vigilância; empresa, serviço de

ANEXO B

B.1 ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA

B.1.1 Caracterização por sexo, idade, cor/raça

TABELA B.1
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por sexo – setor público agregado – 1997 e 2007

Sexo	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Masculino	93,1	90,3	–2,8
Feminino	6,9	9,7	2,8
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.2
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por sexo – setor público desagregado – 2007

	Sexo	%
Federal	Masculino	87,8
	Feminino	12,2
	Total	100,0
Estadual	Masculino	90,0
	Feminino	10,0
	Total	100,0
Municipal	Masculino	91,4
	Feminino	8,6
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.3
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por sexo – setor privado agregado – 1997 e 2007

Sexo	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Masculino	98,2	96,9	–1,3
Feminino	1,8	3,1	1,3
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.4
Brasil: idade dos trabalhadores do sistema de segurança – setor público agregado – 1997 e 2007

Idade	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	36,7	39,3	7,1
Mediana	34	39	14,7
Desvio-padrão	10,8	9,8	–9,3

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.5
Brasil: idade dos trabalhadores do sistema de segurança – setor público desagregado – 2007

		Idade
Federal	Média	39,4
	Mediana	39
	Desvio-padrão	10,2
Estadual	Média	38,4
	Mediana	38
	Desvio-padrão	8,7
Municipal	Média	41,5
	Mediana	41
	Desvio-padrão	11,9

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.6
Brasil: idade dos trabalhadores do sistema de segurança – setor privado agregado – 1997 e 2007

Idade	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	36,2	38,0	5,0
Mediana	34	36	5,9
Desvio-padrão	11,0	10,8	–1,8

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.7
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por cor/raça – setor público agregado – 1997 e 2007

Cor/Raça	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Negra	46,6	51,3	4,7
Não-Negra	53,4	48,7	–4,7
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.8
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por cor/raça – setor público desagregado – 2007

	Cor/raça	%
Federal	Negra	29,0
	Não-negra	71,0
	Total	100,0
Estadual	Negra	50,1
	Não-negra	49,9
	Total	100,0
Municipal	Negra	57,1
	Não-negra	42,9
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.9
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por cor/raça – setor privado agregado –1997 e 2007

Cor/raça	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Negra	49,8	55,8	6,0
Não-negra	50,2	44,2	–6,0
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.1.2 Residência e migração

TABELA B.10
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por região geográfica de residência – setor público agregado – 1997 e 2007

Região natural	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Norte	8,0	10,4	2,4
Nordeste	27,6	27,3	–0,3
Sudeste	41,7	41,3	–0,4
Sul	13,6	11,5	–2,1
Centro-Oeste	9,1	9,5	0,4
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.11
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por região geográfica de residência – setor público desagregado – 2007

	Região natural	%
Federal	Norte	10,7
	Nordeste	18,4
	Sudeste	33,1
	Sul	17,1
	Centro-Oeste	20,6
	Total	100,0
Estadual	Norte	10,0
	Nordeste	25,7
	Sudeste	42,3
	Sul	11,4
	Centro-Oeste	10,5
	Total	100,0
Municipal	Norte	11,5
	Nordeste	32,8
	Sudeste	39,3
	Sul	11,1
	Centro-Oeste	5,3
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.12

Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por região geográfica de residência – setor privado agregado – 1997 e 2007

Região Natural	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Norte	4,0	8,0	4,0
Nordeste	22,5	21,1	–1,4
Sudeste	56,0	49,8	–6,2
Sul	11,0	14,7	3,7
Centro-Oeste	6,4	6,3	–0,1
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.13

Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por município de nascimento/residência – setor público agregado – 1997 e 2007

Nasceu no município de residência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	48,2	51,9	3,7
Não	51,8	48,1	–3,7
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.14

Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por estado de nascimento/residência – setor público agregado – 1997 e 2007

Nasceu na unidade da federação	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	66,8	68,1	1,3
Não	33,2	31,9	–1,3
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.15

Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por município de nascimento/residência – setor público desagregado – 2007

	Nasceu no município de residência	%
Federal	Sim	40,7
	Não	59,3
	Total	100,0
Estadual	Sim	51,4
	Não	48,6
	Total	100,0
Municipal	Sim	54,6
	Não	45,4
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.16
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por estado de nascimento/residência – setor público desagregado – 2007

	Nasceu na unidade da federação	%
Federal	Sim	47,4
	Não	52,6
	Total	100,0
Estadual	Sim	71,1
	Não	28,9
	Total	100,0
Municipal	Sim	62,9
	Não	37,1
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.17
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por município de nascimento/residência – setor privado agregado – 1997 e 2007

Nasceu no município de residência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	37,9	45,4	7,5
Não	62,1	54,6	–7,5
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.18
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por estado de nascimento/residência – setor privado agregado – 1997 e 2007

Nasceu na unidade da federação	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	54,4	54,7	0,3
Não	45,6	45,3	–0,3
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.1.3 Escolarização

TABELA B.19
Brasil: anos de estudo dos trabalhadores do sistema de segurança – setor público agregado – 1997 e 2007

Anos de estudo	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	8,9	10,5	18,0
Mediana	10	11	10,0
Desvio-padrão	4,1	3,6	–12,2

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.20
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por frequência à escola – setor público agregado – 1997 e 2007

Frequentava escola ou creche	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	9,1	11,5	2,4
Não	90,9	88,5	–2,4
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.21
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de frequência à escola – setor público agregado – 1997 e 2007

Curso que frequenta	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Regular de 1º grau	13,1	1,9	–11,2
Regular de 2º grau	32,6	6,4	–26,2
Supletivo de 1º grau	3,8	2,6	–1,2
Supletivo de 2º grau	6,4	4,5	–1,9
Superior	35,1	74,9	39,8
Alfabetização de adultos	1,0	1,5	0,5
Pré-vestibular	6,9	4,0	–2,9
Mestrado ou doutorado	1,0	4,2	3,2
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.22
Brasil: anos de estudo dos trabalhadores do sistema de segurança – setor público desagregado – 2007

		Anos de estudo
Federal	Média	12,8
	Mediana	13
	Desvio-padrão	3,5
Estadual	Média	11,4
	Mediana	11
	Desvio-padrão	2,7
Municipal	Média	7,6
	Mediana	8
	Desvio-padrão	4,3

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.23
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por frequência à escola – setor público desagregado – 2007

	Frequentava escola ou creche	%
Federal	Sim	14,6
	Não	85,4
	Total	100,0
Estadual	Sim	12,2
	Não	87,8
	Total	100,0
Municipal	Sim	9,0
	Não	91,0
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.24
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de frequência à escola – setor público desagregado – 2007

	Curso que frequenta	%
Federal	Supletivo de ensino fundamental ou 1º grau	2,2
	Superior	95,8
	Mestrado ou doutorado	2,0
	Total	100,0
Estadual	Regular de ensino fundamental ou 1º grau	0,3
	Regular de ensino fundamental ou 2º grau	3,5
	Supletivo de ensino fundamental ou 1º grau	0,5
	Supletivo de ensino médio ou 2º grau	4,0
	Superior	82,7
	Pré-vestibular	4,7
	Mestrado ou doutorado	4,3
	Total	100,0
Municipal	Regular de ensino fundamental ou 1º grau	8,0
	Regular de ensino médio ou 2º grau	18,4
	Supletivo de ensino fundamental ou 1º grau	10,3
	Supletivo de ensino médio ou 2º grau	7,5
	Superior	42,3
	Alfabetização de adultos	7,2
	Pré-vestibular	1,9
	Mestrado ou doutorado	4,4
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.25
Brasil: anos de estudo dos trabalhadores do sistema de segurança – setor privado agregado – 1997 e 2007

Anos de estudo	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	6,2	8,1	30,6
Mediana	6	8	33,3
Desvio-padrão	3,1	3,3	6,5

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.26
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por frequência à escola – setor privado agregado – 1997 e 2007

Frequentava escola ou creche	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	4,1	6,0	1,9
Não	95,9	94,0	–1,9
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.27
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de frequência à escola – setor privado agregado – 1997 e 2007

Curso que frequenta	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Regular de 1º grau	31,6	8,9	–22,7
Regular de 2º grau	31,1	28,6	–2,5
Supletivo de 1º grau	24,2	15,2	–9,0
Supletivo de 2º grau	9,4	25,4	16,0
Superior	3,4	14,3	10,9
Alfabetização de adultos	0,3	2,2	1,9
Pré-vestibular	0,0	5,4	5,4
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.1.4 Estruturação familiar

TABELA B.28
Brasil: Número de componentes da família dos trabalhadores do sistema de segurança – setor público agregado – 1997 e 2007

Número de componentes da família	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	4,0	3,6	–9,6
Mediana	4	4	0,0
Desvio-padrão	1,5	1,3	–13,3

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.29
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de estruturação da família – setor público agregado – 1997 e 2007

Tipo de família	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Casal sem filhos	11,2	13,2	2,0
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	41,4	34,8	–6,6
Casal com todos os filhos de 14 anos ou +	18,2	21,1	2,9
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	15,7	13,5	–2,2
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	0,8	0,9	0,1
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou +	5,1	5,6	0,5
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	0,9	0,5	–0,4
Outros tipos de família	6,9	10,4	3,5
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.30
Brasil: número de componentes da família dos trabalhadores do sistema de segurança – setor público desagregado – 2007

		Número de componentes da família
Federal	Média	3,2
	Mediana	3
	Desvio-padrão	1,2
Estadual	Média	3,5
	Mediana	4
	Desvio-padrão	1,3
Municipal	Média	3,6
	Mediana	4
	Desvio-padrão	1,5

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.31
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de estruturação da família – setor público desagregado – 2007

	Tipo de família	%
Federal	Casal sem filhos	16,1
	Casal com todos os filhos menores de 14 anos	27,5
	Casal com todos os filhos de 14 anos ou +	23,4
	Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	6,3
	Mãe com todos os filhos de 14 anos ou +	5,1
	Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	1,3
	Outros tipos de família	20,2
	Total	100,0
Estadual	Casal sem filhos	12,4
	Casal com todos os filhos menores de 14 anos	37,7
	Casal com todos os filhos de 14 anos ou +	19,0
	Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	14,1
	Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	1,1
	Mãe com todos os filhos de 14 anos ou +	5,9
	Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	0,6
	Outros tipos de família	9,2
	Total	100,0
Municipal	Casal sem filhos	14,9
	Casal com todos os filhos menores de 14 anos	27,8
	Casal com todos os filhos de 14 anos ou +	26,5
	Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	12,8
	Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	0,6
	Mãe com todos os filhos de 14 anos ou +	4,9
	Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	0,3
	Outros tipos de família	12,2
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.32
Brasil: número de componentes da família dos trabalhadores do sistema de segurança – setor privado agregado – 1997 e 2007

Número de componentes da família	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	4,0	3,5	–12,5
Mediana	4	3	–25,0
Desvio-padrão	1,6	1,4	–12,5

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.33
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de estruturação da família – setor privado agregado – 1997 e 2007

Tipo de família	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Casal sem filhos	11,8	13,4	1,6
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	42,3	34,4	–7,9
Casal com todos os filhos de 14 anos ou +	14,9	19,4	4,5
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	15,5	12,6	–2,9
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	0,5	0,6	0,1
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou +	6,0	7,1	1,1
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou +	0,7	0,6	–0,1
Outros tipos de família	8,4	11,9	3,5
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.2 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

B.2.1 Posição na ocupação

TABELA B.34
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por posição na ocupação no trabalho principal – setor público agregado – 1997 e 2007

Posição na ocupação no trabalho principal	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Empregado com carteira	12,0	8,7	–3,3
Militar	0,3	0,0	–0,3
Funcionário público estatutário	76,6	79,6	3,0
Outros empregados sem carteira	11,1	11,6	0,5
Empregados sem declaração de carteira	0,0	0,0	0,0
Não-remunerado	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.35
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por posição na ocupação no trabalho principal – setor público desagregado – 2007

	Posição na ocupação no trabalho principal	%
Federal	Empregado com carteira	5,0
	Funcionário público estatutário	87,9
	Outros empregados sem carteira	7,2
	Total	100,0
Estadual	Empregado com carteira	3,7
	Funcionário público estatutário	87,6
	Outros empregados sem carteira	8,6
	Total	100,0
Municipal	Empregado com carteira	22,7
	Funcionário público estatutário	57,0
	Outros empregados sem carteira	20,3
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.36
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por posição na ocupação no trabalho principal – setor privado agregado – 1997 e 2007

Posição na ocupação no trabalho principal	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Empregado com carteira	87,0	79,7	–7,3
Outros empregados sem carteira	11,0	12,4	1,4
Empregados sem declaração de carteira	0,1	0,0	–0,1
Conta-própria	2,0	7,9	5,9
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.2.2 Estabilidade no trabalho

TABELA B.37
Brasil: número de anos na ocupação dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

Número de anos nesse trabalho	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	9,4	11,7	24,5
Mediana	8	11	37,5
Desvio-padrão	7,4	8,4	13,5

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.38
Brasil: número anos na ocupação dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

		Número de anos nesse trabalho
Federal	Média	10,9
	Mediana	10
	Desvio-padrão	9,1
Estadual	Média	12,9
	Mediana	13
	Desvio-padrão	8,3
Municipal	Média	8,2
	Mediana	6
	Desvio-padrão	7,3

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.39
Brasil: número de anos na ocupação dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

Número de anos nesse trabalho	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	3,2	4,2	31,3
Mediana	2	3	50,0
Desvio-padrão	4,2	5,1	21,4

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.2.3 Jornada de trabalho

TABELA B.40
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de jornada de trabalho (diurna – trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

A jornada normal desse trabalho estava totalmente compreendida no período de 5 horas da manhã às 10 horas da noite	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	62,5	53,4	–9,1
Não	37,5	46,6	9,1
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.41
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de jornada de trabalho (diurna – trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

	A jornada normal desse trabalho estava totalmente compreendida no período de 5 horas da manhã às 10 horas da noite	%
Federal	Sim	65,6
	Não	34,4
	Total	100,0
Estadual	Sim	54,4
	Não	45,6
	Total	100,0
Municipal	Sim	49,4
	Não	50,6
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.42
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de jornada de trabalho (diurna – trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

A jornada normal desse trabalho estava totalmente compreendida no período de 5 horas da manhã às 10 horas da noite	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	52,6	50,7	–1,9
Não	47,4	49,3	1,9
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.43
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de jornada de trabalho (noturna – trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

A jornada normal desse trabalho estava totalmente compreendida no período noturno de 10 horas da noite às 5 horas da manhã seguinte	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	25,2	14,5	–10,7
Não	74,8	85,5	10,7
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.44
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de jornada de trabalho (noturna – trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

	A jornada normal desse trabalho estava totalmente compreendida no período noturno de 10 horas da noite às 5 horas da manhã seguinte	%
Federal	Sim	11,4
	Não	88,6
	Total	100,0
Estadual	Sim	7,7
	Não	92,3
	Total	100,0
Municipal	Sim	31,5
	Não	68,5
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.45
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por tipo de jornada de trabalho (noturna – trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

A jornada normal desse trabalho estava totalmente compreendida no período noturno de 10 horas da noite às 5 horas da manhã seguinte	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	50,8	37,3	–13,5
Não	49,2	62,7	13,5
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.46
Brasil: número de horas trabalhadas por semana pelos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

Número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal da semana de referência	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	44,8	43,7	–2,5
Mediana	40	40	0,0
Desvio-padrão	12,5	10,9	–12,8

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.47
Brasil: número de horas trabalhadas por semana pelos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

		Número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal da semana de referência
Federal	Média	43,1
	Mediana	40
	Desvio-padrão	9,1
Estadual	Média	44,0
	Mediana	40
	Desvio-padrão	10,6
Municipal	Média	42,9
	Mediana	40
	Desvio-padrão	11,7

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.48
Brasil: número de horas trabalhadas por semana pelos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

Número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal da semana de referência	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	48,4	45,9	–5,2
Mediana	48	45	–6,3
Desvio-padrão	11,9	11,9	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.2.4 Remuneração do trabalho e rendimentos diversos

TABELA B.49
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por forma de cálculo da remuneração (trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

Forma contratada, verbalmente ou por escrito, para o cálculo da remuneração no trabalho principal da semana de referência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Somente por jornada de trabalho	99,5	99,3	–0,2
Somente por produção ou comissão	0,1	0,3	0,2
Somente por tarefa ou empreitada	0,2	0,1	–0,1
Por jornada de trabalho e produção ou comissão	0,2	0,1	–0,1
Outra forma		0,2	0,2
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.50
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por forma de cálculo da remuneração (trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

	Forma contratada, verbalmente ou por escrito, para o cálculo da remuneração no trabalho principal da semana de referência	%
Federal	Somente por jornada de trabalho	100,0
Estadual	Somente por jornada de trabalho	99,4
	Somente por produção ou comissão	0,2
	Por jornada de trabalho e produção ou comissão	0,2
	Outra forma	0,2
	Total	100,0
Municipal	Somente por jornada de trabalho	99,1
	Somente por produção ou comissão	0,5
	Somente por tarefa ou empreitada	0,2
	Outra forma	0,2
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.51

Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por forma de cálculo da remuneração (trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

Forma contratada, verbalmente ou por escrito, para o cálculo da remuneração no trabalho principal da semana de referência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Somente por jornada de trabalho	99,2	98,5	–0,7
Somente por produção ou comissão	0,1	0,2	0,1
Somente por tarefa ou empreitada	0,1	0,6	0,5
Por jornada de trabalho e produção ou comissão	0,4	0,7	0,3
Outra forma	0,2	0,1	–0,1
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.52

Brasil: remuneração bruta mensal dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou + de idade	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	1.377,72	1.627,19	18,1
Mediana	1.033,87	1.363,49	31,9
Desvio-padrão	1.595,75	1.361,44	–14,7

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

TABELA B.53

Brasil: remuneração bruta mensal dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

		Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou +
Federal	Média	4.475,62
	Mediana	4.090,80
	Desvio-padrão	3.199,14
Estadual	Média	1.834,00
	Mediana	1.590,75
	Desvio-padrão	1.182,84
Municipal	Média	739,56
	Mediana	568,12
	Desvio-padrão	501,23

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

TABELA B.54

Brasil: remuneração bruta mensal dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou + de idade	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	805,72	740,08	–8,1
Mediana	735,83	701,28	–4,7
Desvio-padrão	429,22	355,43	–17,2

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

TABELA B.55
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por recebimento de remuneração indireta (trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Recebeu auxílio para moradia no mês de referência			
Sim	8,2	5,7	–2,5
Não	91,8	94,3	2,5
Total	100,0	100,0	0,0
Recebeu auxílio para alimentação no mês de referência			
Sim	42,7	48,9	6,2
Não	57,3	51,1	–6,2
Total	100,0	100,0	0,0
Recebeu auxílio para transporte no mês de referência			
Sim	25,6	33,9	8,3
Não	74,4	66,1	–8,3
Total	100,0	100,0	0,0
Recebeu auxílio para educação ou creche no mês de referência			
Sim	3,8	3,9	0,1
Não	96,2	96,1	–0,1
Total	100,0	100,0	0,0
Recebeu auxílio para saúde no mês de referência			
Sim	36,5	40,5	4,0
Não	63,5	59,5	–4,0
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.56
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por recebimento de remuneração indireta (trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

		%
	Recebeu auxílio para moradia no mês de referência	
Federal	Sim	0,6
	Não	99,4
	Total	100,0
Estadual	Sim	7,9
	Não	92,1
	Total	100,0
Municipal	Sim	0,5
	Não	99,5
	Total	100,0
	Recebeu auxílio para alimentação no mês de referência	
Federal	Sim	73,5
	Não	26,5
	Total	100,0
Estadual	Sim	53,9
	Não	46,1
	Total	100,0
Municipal	Sim	32,3
	Não	67,7
	Total	100,0
	Recebeu auxílio para transporte no mês de referência	
Federal	Sim	31,6
	Não	68,4
	Total	100,0
Estadual	Sim	35,1
	Não	64,9
	Total	100,0
Municipal	Sim	31,2
	Não	68,8
	Total	100,0
	Recebeu auxílio para educação ou creche no mês de referência	
Federal	Sim	10,6
	Não	89,4
	Total	100,0
Estadual	Sim	4,4
	Não	95,6
	Total	100,0
Municipal	Sim	2,1
	Não	97,9
	Total	100,0

(continua)

(continuação)

	Recebeu auxílio para saúde no mês de referência	
Federal	Sim	28,9
	Não	71,1
	Total	100,0
Estadual	Sim	49,0
	Não	51,0
	Total	100,0
Municipal	Sim	19,0
	Não	81,0
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.57
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por recebimento de remuneração indireta (trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Recebeu auxílio para moradia no mês de referência			
Sim	1,0	1,2	0,2
Não	98,9	98,8	–0,1
Sem declaração	0,1	0,0	–0,1
Total	100,0	100,0	0,0
Recebeu auxílio para alimentação no mês de referência			
Sim	38,8	56,4	17,6
Não	61,1	43,6	–17,5
Sem declaração	0,1	0,0	–0,1
Total	100,0	100,0	0,0
Recebeu auxílio para transporte no mês de referência			
Sim	63,4	65,8	2,4
Não	36,6	34,2	–2,4
Total	100,0	100,0	0,0
Recebeu auxílio para educação ou creche no mês de referência			
Sim	1,0	1,3	0,3
Não	99,0	98,7	–0,3
Total	100,0	100,0	0,0
Recebeu auxílio para saúde no mês de referência			
Sim	20,0	22,2	2,2
Não	80,0	77,8	–2,2
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.2.5 Vinculação à previdência social

TABELA B.58
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por contribuição à previdência social (trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

Era contribuinte para instituto de previdência no trabalho principal da semana de referência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	86,0	96,2	10,2
Não	14,0	3,8	–10,2
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.59
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por contribuição à previdência social (trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

	Era contribuinte para instituto de previdência no trabalho principal da semana de referência	%
Federal	Sim	100,0
Estadual	Sim	97,1
	Não	2,9
	Total	100,0
Municipal	Sim	93,5
	Não	6,5
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.60
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por contribuição à previdência social (trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

Era contribuinte para instituto de previdência no trabalho principal da semana de referência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	86,7	81,4	–5,3
Não	13,3	18,6	5,3
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.2.6 Vinculação a associações de classe

TABELA B.61
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por vinculação a associações de classe (trabalho principal) – setor público agregado – 1997 e 2007

Era associado a algum sindicato no mês de referência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	20,5	29,5	9,0
Não	79,5	70,5	–9,0
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.62
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por vinculação a associações de classe (trabalho principal) – setor público desagregado – 2007

	Era associado a algum sindicato no mês de referência	%
Federal	Sim	58,8
	Não	41,2
	Total	100,0
Estadual	Sim	29,0
	Não	71,0
	Total	100,0
Municipal	Sim	27,4
	Não	72,6
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.63
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por vinculação a associações de classe (trabalho principal) – setor privado agregado – 1997 e 2007

Era associado a algum sindicato no mês de referência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Sim	33,1	31,2	–1,9
Não	66,9	68,8	1,9
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

B.2.7 Ocupações secundárias

TABELA B.64
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por número de ocupações – setor público agregado – 1997 e 2007

Número de trabalhos na semana de referência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Um	89,7	90,6	0,9
Dois	9,8	8,8	–1,0
Três ou +	0,5	0,6	0,1
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.65
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por número de ocupações – setor público desagregado – 2007

	Número de trabalhos na semana de referência	%
Federal	Um	97,9
	Dois	2,1
	Total	100,0
Estadual	Um	91,0
	Dois	8,6
	Três ou +	0,5
	Total	100,0
Municipal	Um	88,8
	Dois	10,3
	Três ou +	0,9
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.66
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por número de ocupações – setor privado agregado – 1997 e 2007

Número de trabalhos na semana de referência	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Um	95,8	94,6	–1,2
Dois	4,2	5,2	1,0
Três ou +	0,0	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.67
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por posição na ocupação no trabalho secundário – setor público agregado – 1997 e 2007

Posição na ocupação no trabalho secundário	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Empregado	41,3	40,2	–1,1
Trabalhador doméstico	2,6	1,1	–1,5
Conta-própria	46,1	47,0	0,9
Empregador	6,3	8,8	2,5
Trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar	1,9	1,8	–0,1
Outro trabalhador não-remunerado	1,8	1,1	–0,7
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.68
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por posição na ocupação no trabalho secundário – setor público desagregado – 2007

	Posição na ocupação no trabalho secundário	%
Federal	Empregado	41,2
	Conta-própria	15,3
	Empregador	43,5
	Total	100,0
Estadual	Empregado	45,3
	Trabalhador doméstico	1,2
	Conta-própria	42,0
	Empregador	9,6
	Trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar	0,7
	Outro trabalhador não-remunerado	1,2
	Total	100,0
Municipal	Empregado	29,1
	Trabalhador doméstico	1,0
	Conta-própria	58,6
	Empregador	6,0
	Trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar	4,2
	Outro trabalhador não-remunerado	1,0
	Total	100,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.69
Brasil: distribuição dos trabalhadores do sistema de segurança por posição na ocupação no trabalho secundário – setor privado agregado – 1997 e 2007

Posição na ocupação no trabalho secundário	1997 (%)	2007 (%)	Variação (2007-1997) (p.p.)
Empregado	40,5	48,2	7,7
Trabalhador doméstico	0,0	1,4	1,4
Conta-própria	56,8	44,0	–12,8
Empregador	0,0	1,0	1,0
Trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar	1,5	3,7	2,2
Outro trabalhador não-remunerado	1,3	1,6	0,3
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.70

Brasil: número de horas trabalhadas por semana pelos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setor público agregado – 1997 e 2007

Número de horas trabalhadas por semana nesse trabalho secundário	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	26,3	23,0	–12,5
Mediana	24	20	–16,7
Desvio-padrão	12,9	11,8	–8,5

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.71

Brasil: número de horas trabalhadas por semana pelos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setor público desagregado – 2007

		Número de horas trabalhadas por semana nesse trabalho secundário
Federal	Média	20,8
	Mediana	29
	Desvio-padrão	14,3
Estadual	Média	22,4
	Mediana	20
	Desvio-padrão	11,9
Municipal	Média	24,2
	Mediana	24
	Desvio-padrão	11,4

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.72

Brasil: número de horas trabalhadas por semana pelos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setor privado agregado – 1997 e 2007

Número de horas trabalhadas por semana nesse trabalho secundário	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	25,7	24,2	–5,8
Mediana	24	21	–12,5
Desvio-padrão	14,9	13,1	–12,1

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

TABELA B.73

Brasil: remuneração bruta mensal dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setor público agregado – 1997 e 2007

Rendimento mensal do trabalho secundário para pessoas de 10 anos ou +	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	1.087,63	911,64	–16,2
Mediana	658,35	584,40	–11,2
Desvio-padrão	1.449,96	983,70	–32,2

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

TABELA B.74

Brasil: remuneração bruta mensal dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setor público desagregado – 2007

		Remuneração do trabalho secundário
Federal	Média	1.464,23
	Mediana	525,96
	Desvio-padrão	1.264,84
Estadual	Média	1.073,96
	Mediana	758,10
	Desvio-padrão	1.077,62
Municipal	Média	534,69
	Mediana	397,69
	Desvio-padrão	557,02

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

TABELA B.75

Brasil: remuneração bruta mensal dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setor privado agregado – 1997 e 2007

Rendimento mensal do trabalho secundário para pessoas de 10 anos ou +	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Média	557,70	545,78	–2,1
Mediana	420,47	454,50	8,1
Desvio-padrão	479,81	511,49	6,6

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

TABELA B.76

Brasil: remuneração média bruta por hora trabalhada dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho principal) – setores público e privado – 1997 e 2007

	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Público	30,76	37,78	22,8
Público federal		103,84	
Público estadual		41,68	
Público municipal		17,24	
Privado	16,65	16,13	–3,1

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

TABELA B.77

Brasil: remuneração média bruta por hora trabalhada dos trabalhadores do sistema de segurança (trabalho secundário) – setores público e privado – 1997 e 2007

	1997	2007	Variação (2007-1997) (%)
Público	41,36	39,64	–4,2
Público federal		70,40	
Público estadual		47,94	
Público municipal		22,09	
Privado	21,70	22,55	3,9

Fonte: Elaboração Ipea/Disoc a partir de microdados da Pnad/IBGE.

Nota: Todos os valores expressos em reais de dezembro de 2008 (atualizados pelo INPC-Geral/IBGE).

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **Ipea** 2009

EDITORIAL

Coordenação
Iranilde Rego

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão e Editoração
Equipe Editorial

Livraria
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares